



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO / SIDNEY CRUZ

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22/11/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 25ª Audiência Pública semipresencial do ano de 2022.

Esta audiência tem como tema o PL 579/2022, do Executivo – Prefeito Ricardo Nunes, que encaminha projeto de lei orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2023. Esta é a sétima audiência temática, com a presença da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 20/10/2022 e foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* nos dias 21/10/2022 e 05/11/2022 e 18/11/2022, e na *Folha de S. Paulo* nos dias 22/10/2022 e 07/11/2022 e 21/11/2022.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *síte* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 24/10/2022, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Todas as informações referentes ao Orçamento 2023 encontram-se no seguinte endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023. As demandas do Orçamento 2023 podem ser entregues junto à Secretaria da Comissão ou participe com a sua proposta por escrito através dos formulários disponíveis em: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023/audiencias-publicas ou pelo *e-mail*: financas@saopaulo.sp.leg.br.

Foram convidados para esta audiência: Sr. Fernando Padula Novaes, Secretário de Educação; Sr. Carlos Augusto Manoel Vianna, Secretário de Esportes e Lazer, que convido para compor a Mesa; os Vereadores Dr. Sidney Cruz, Relator da Comissão, presencialmente; e de forma *on-line* os Srs. Vereadores Carlos Giannazi e Isac Félix; e a sociedade em geral.

Já informo as próximas audiências do Orçamento: dia 23/11, a 8ª temática, com a Secretaria de Subprefeituras e Infraestrutura e Obras. No dia 21/11, quinta-feira, das 10h às 13h, a 9ª temática, que é a segunda do tema Cultura. Dia 25/11, sexta-feira, também das 10h às 15h, 10ª reunião temática, Assistência Social. E no dia 29/11, terça-feira, das 10h às 12h, a 2ª geral, com a Secretaria Municipal da Fazenda e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Tem a palavra o Vereador Dr. Sidney Cruz, Relator do Orçamento.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Bom dia a todos. Primeiro, quero cumprimentar V.Exa., o Secretário de Educação Fernando Padula, todos os técnicos que o acompanham; a CTEO, assessoria, todos que nos acompanham pela rede TV Câmara e pelas redes sociais.

Sr. Presidente, estamos indo para a 7ª audiência temática, hoje com Educação e Esportes e Lazer, estamos caminhando para as últimas audiências, e queria então ressaltar a importância da participação da sociedade civil, da população, dos movimentos sociais. Esse sistema híbrido acaba facilitando a participação de outras pessoas que não conseguem vir até a Câmara Municipal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Dr. Sidney Cruz.

O então Secretário, obrigado pela presença.

As inscrições para a fala já estão abertas e, no término da fala do Secretário Fernando, nós encerraremos as inscrições.

Registro a presença da Dra. Fernanda Cotrim, representando a Secretaria da Fazenda.

Tem a palavra o Sr. Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Bom dia a todos.

Bom dia, Presidente Jair Tatto, Presidente da comissão, Vereador Dr. Sidney Cruz, Relator do Orçamento de 2023; Vereadores Carlos Giannazi e Isac Félix, E agradeço todo o pessoal da minha equipe.

Permita-me, Secretário, representando o Vereador Eliseu Gabriel, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, Kathleen

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Agradecer a minha equipe, a Secretária Maude Vilas Bôas, o chefe de gabinete Omar, as coordenadoras Ilda e Marcia, e o Ronaldo, da assessoria de comunicação.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Primeiro *slide*, por favor.

Então, nós estamos falando de uma rede de 1,42 milhão de estudantes matriculados: 583.000 na Educação Infantil, 418.000 no Ensino Fundamental, 38.000 na EJA e Mova, que é o Movimento de Alfabetização; e 2.500 no Ensino Médio, totalizando 4.107 unidades educacionais, sendo 1.573 diretas e 2.574 conveniadas.

Dentre esses 1,42 milhão de estudantes, cabe fazer dois destaques. Primeiro, a nossa rede tem 9.000 estudantes migrantes, que vêm de mais de 101 nacionalidades; segundo, 20.000 estudantes público-alvo da educação especial.

Quanto aos profissionais, são 82.966 profissionais, sendo 60.027 professores e 43.000 profissionais que atuam nas unidades parceiras. Quanto à nossa formação, 44% têm licenciatura, 52% têm pós-graduação, 4% têm mestrado ou doutorado; e na gestão, nós temos 2.500 coordenadores pedagógicos, os CPs, 1.530 diretores de escola e 420 supervisores.

Recentemente, esta Casa aprovou a alteração no piso municipal, mediante o abono salarial, além do reajuste de 5%, passando o piso de R\$ 3.823,00 para R\$ 5.050,00.

Olhando para as unidades indiretas, nós tínhamos um piso de R\$ 3.044,00, que passou para R\$ 3.845,00, um aumento de 26% em relação ao anterior.

Cabe ressaltar, nesses dois anos de gestão do Prefeito Bruno Covas e do Prefeito Ricardo Nunes, os números em relação aos concursados Então, do PEI – Professor de Educação Infantil, foram nomeados 724 em 2021 e 1.589 em 2022. Depois eu vou falar do projeto de lei que se encontra nesta Casa e já foi aprovado em primeira votação e que aguardamos a segunda votação para que possamos chamar esses concursados.

O CP – Coordenador pedagógico, foram 1.200 chamados no ano passado, 110 este ano; diretor de escola, 199 chamados em 2021, 56 em 2022; supervisor escolar, 48 no ano passado e 17 em 2022; e Auxiliar Técnico de Educação – ATE, que é essencial e atua tanto na secretaria escolar, quanto na inspetoria, foram 1.632 ano passado e 778 este ano.

Existe também, por conta dos 20.000 alunos com deficiência que há na rede já há alguns anos na educação paulistana, a figura do AVE – Auxiliar de Vida Escolar, que apoia esses estudantes com deficiência e que não têm autonomia, seja de alimentação, de locomoção ou de higiene. Nós tínhamos 1.200 e passamos para 1.446 AVEs, tendo um aumento de 20%.

Cabe destacar também o concurso que está em andamento, que serão 1.980 professores de Fundamental II e Médio; e 1.270 professores de Fundamental I, PEIF, cuja prova será em janeiro.

Em relação aos números do concurso, foram números homologados em 2016, com validade de dois anos e teve 28.000 aprovados. Na rede municipal, nós temos 13.842 professores PEI em todas as unidades.

Existe uma angústia, eu já recebi vários grupos de professores aprovados no concurso, mas só para deixar claro que é necessário mudar duas vezes o contingente de professores. Ou seja, é preciso que 13.000 professores aposentem, depois 13.000 aposentem novamente para que se consiga chamar todos os aprovados no concurso, o que não será possível. Então, o concurso irá caducar sem que se consiga chamar todos os aprovados. Só para esclarecer isso.

E como eu fiz referência, o Prefeito Ricardo Nunes encaminhou o PL 634/22, criando mais 610 cargos, que esta Casa já aprovou em primeira votação, para Professor de Educação Infantil. Quero agradecer aos Srs. Vereadores pela aprovação e pedir que essa votação ocorra com a maior celeridade possível.

Também temos na rede estagiários que atuam fundamentalmente em dois programas: um no Aprender Sem Limites, outro no Parceiros da Aprendizagem. Um atua nas

classes onde tem alunos com deficiência, apoiando os nossos educadores; e o outro atua nas classes de alfabetização, do 1º e do 2º ano.

Tem havido uma dificuldade de conseguir alocar os estagiários por falta de endereço. Então o Sr. Prefeito encaminhou à Câmara e foi aprovado um reajuste do valor da bolsa dos estagiários e também passando para seis horas, o que tornará mais atrativos esses estágios. E eu queria dar uma informação, ela passa de quatro para seis horas.

Presidente, eu não sei se quebro o protocolo, mas o Secretário Cacá chegou.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É, eu iria aguardá-lo, mas já convido para a Mesa o nosso querido Secretário de Esportes, popularmente conhecido como Cacá, mas seu nome é Carlos Augusto Manoel Vianna. Obrigado, Secretário. Ele simplificou bem, Cacá.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Então, nós tivemos uma ampliação do número de estagiários e agora um aumento da bolsa de estágio e das horas. Portanto, cabe lembrar que à medida que se aumento de quatro para seis horas, a cada dois estagiários, eles ocupam as horas de três estágios. Doze horas em estágios de seis horas são dois estagiários e em estágios de quatro horas seriam três.

Com relação à infraestrutura, nesse momento nós temos 26 obras em andamento, numa parceria com a Secretaria da Siurb, de Infraestrutura e Obras. São 22 Centros de Educação Infantil, os CEIs; três Escolas Municipais de Educação Infantil, as EMEIs, de quatro e cinco anos; e uma Escola Municipal de Ensino Fundamental. Aqui a gente tem o nome das escolas, mas não vou me ater a isso para não me alongar tanto. Oito delas estão previstas para serem concluídas até dezembro, portanto, iniciam o ano letivo em atividades; e as demais, 18, totalizando as 26, ficam concluídas ao longo do próximo ano.

Também fizemos 22 obras emergenciais, das quais 11 estão em andamento e 11 foram concluídas. Reforma: 173 em licitação e 141 elaborando o material licitatório. Manutenção: 76 em licitação e 236 em execução. E os muros, 26 com a licitação publicada. Das obras novas, como eu disse, 26 em andamento e 22 novas licitações.

Portanto, as novas intervenções são 67 reformas, totalizando R\$ 330.650.000,00,

e projetos de material expropriatório; porque, daquelas obras novas, alguns necessitam de declaração de utilidade pública e da desapropriação. Portanto, é necessário contratar o material expropriatório.

Com relação aos novos CEUs, já foi assinado o contrato de PPP para a construção e manutenção de cinco CEUs. Cabe um esclarecimento: quando nós estamos falando de construção e manutenção, não entra na parte pedagógica, é manutenção da parte física do edifício e daquilo que hoje já é terceirizado: limpeza, vigilância, manutenção predial. Então, o primeiro lote é Ermelino Matarazzo, Cidade Líder, CEU Imperador, Cidade Ademar e CEU Grajaú. O próximo lote que já teve audiência pública, portanto, em breve deve estar sendo lançado o edital, é o CEU Brasilândia, CEU Parque das Flores, CEU Pirajuçara, CEU Jardim Campinas e CEU Vila Gilda.

Foi feito um estudo de onde estão os atuais CEUs na cidade de São Paulo, cotejado com as áreas de vulnerabilidade social e a densidade populacional e o raio de influência de cada CEU de dois quilômetros. A partir daí, se definiu locais que precisam de novos CEUs e ainda não têm, hoje, na cidade de São Paulo.

Ainda falando de infraestrutura, o Prefeito Ricardo Nunes lançou o programa Cuidando da Escola, que traduzindo são: 600 profissionais, dentre eles pedreiro, carpinteiro, eletricista, pintor, encanador, que atuam apoiando as escolas na sua pequena manutenção. Então, a escola recebe o dinheiro via PTRF – Programa de Transferência de Recurso Financeiro – e, com isso, ela compra os materiais e essas equipes fazem as intervenções. Nós trouxemos o exemplo da EMEF Maurício Goulart e da EMEF Altino Arantes, o antes e o depois; e já temos mais de 1.000 atendimentos em unidades educacionais no programa Cuidando da Escola.

Com relação ao material e ao uniforme, houve uma mudança no Programa de Material e Uniforme. Em vez de se fazer uma compra centralizada, que acabava tendo alguns problemas, foi feito um cartão eletrônico para os pais e as mães adquirirem tanto o material, quanto o uniforme.

E aí nós trazemos um balanço:

Com relação ao uniforme, passamos de 41 credenciados para 97, o que representa de 109 lojas para 285 lojas na cidade. O pai, a mãe ou o responsável tem a autonomia de comprar onde desejar. E, com relação ao material, de 146 para 308, totalizando...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, permita-me. Um minuto.

O credenciamento lá embaixo só abre às 10h. Então as inscrições estão abertas até o final da exposição. Os que chegam depois acabam não sendo informados.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Obrigado, Presidente.

Com relação às lojas, passando de 232 para 386, o que significa, em compras, de 368 mil para 645 mil, em 2022.

O próximo *slide* é muito interessante, pois mostra a distribuição das lojas na cidade de São Paulo.

Os senhores podem perceber que, quer seja para o uniforme, quer seja para o material, há uma distribuição de lojistas por toda a cidade de São Paulo, o que fomenta o comércio local, facilita a vida dos responsáveis. E nós temos um milhão de fiscais do programa, que são os responsáveis pelos nossos estudantes – bebês, crianças, jovens da nossa rede.

Com relação ao orçamento, vamos, primeiro, falar do PTRF, ao qual fiz menção quando falei do programa Cuidando da escola: ele teve um repasse de 297 milhões, em 2020; passou para 503 milhões em 2021; e agora, em 2022, 547 milhões.

Eu queria lembrar que o PTRF é o dinheiro que vai direto para a escola. Quer dizer, garante a autonomia da escola no uso desses recursos. Então os repasses no ano de 2022: 29 milhões no primeiro repasse; 230 milhões no segundo, antes das férias de julho; e agora 286 milhões no terceiro repasse, justamente no final do ano, para preparar o início do ano letivo de 2023.

O orçamento aprovado em 2021 foi de 13,8 bilhões; em 2022, 17 bilhões; e a

proposta a ser relatada pelo Vereador Sidney Cruz é de 19,7 bilhões. O valor atualizado em 2021 foi de 18 bilhões, e, de 2022, de 20 bilhões, o ano que nós estamos. Então acaba sendo ligeiramente 300 milhões – que não é pouco em relação ao total – em relação a 2023.

Abrindo um pouco os grupos de despesa: investimento, 533; despesas correntes, 10.149; encargo pessoal e encargos sociais, 9 bilhões e 29 milhões. Por tipo de despesa: em projeto, 396; atividade, 9,5 bilhões; pessoal e auxílio, 9 bilhões, 810 milhões.

Quando falamos em pessoal, cabe uma distinção: é pessoal da direta, o pessoal da parceira não entra no cálculo de pessoal. Embora haja uma dúvida hoje em relação à Secretaria Nacional do Tesouro, que ainda está definindo se entra ou não entra no gasto de pessoal, mas no orçamento vigente não é computado.

Com relação às fontes de recurso: do Tesouro Municipal, são 12 bilhões, 191 milhões; do Fundeb, são 6 bilhões, 662 milhões. Cabe um esclarecimento: o Fundeb, na cidade de São Paulo, vai exclusivamente para a folha. E as outras transferências federais, como QESE, PNAE, são 859 milhões.

Por unidade orçamentária: a Codae – Coordenadoria de Alimentação Escolar – representa 1 bilhão, 4774 milhões; DREs, 5 bilhões e 72 milhões; e a Secretaria, pegando as parcerias, obras, manutenção, limpeza e a folha de pagamento, 13 bilhões, 166 milhões.

Com relação aos programas: Proteção e Desenvolvimento Integral à Primeira Infância; Manutenção, Desenvolvimento e Promoção da Qualidade da Educação; Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar; Suporte Administrativo; Modernização Tecnológica; Desburocratização; Inovação dos Serviço; e demais programas.

Com relação às modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Alimentação, Educação Básica, Administração Geral, Tecnologia da Educação, Educação Especial, Ensino Médio, e outras.

Apoio ao Aluno, 2 bilhões, 119 milhões; Operação e Manutenção das Unidades, 1 bilhão, 794 milhões; Ações Pedagógicas, 694 milhões; Tecnologia, 453 milhões; Suporte Administrativo, 109 milhões; Demais Despesas, 42 milhões; Parcerias e Convênios, 4 bilhões,

292 milhões.

Obras e manutenção, 396 milhões; com ampliação e reforma, 294 milhões; construção, 10 milhões; construção de EMEF, EMEI, 35 milhões, 501 mil; CEI, 96 milhões; CEU, 60 milhões.

Algumas ações a partir de uma parceria com a Escola do Parlamento. Fizemos uma escuta ativa com a rede e algumas ações em relação à essa ação.

Primeiro, a volta do PEA; depois, as alterações no programa PTRF – melhoria, manual de uso do PTRF.

Aqui quero destacar também, principalmente o momento atual que o país vive, a segurança alimentar: hoje a Secretaria fornece diariamente 2500 refeições aos nossos estudantes. Temos cumprido a determinação da lei federal, que é de 30% dos recursos com agricultura familiar. Até 31 de dezembro de 2021, vigorou o Cartão Merenda. Além disso, foram distribuídas cestas básicas para as famílias dos estudantes. E a Cesta Saudável, oriunda da agricultura familiar, para todos os estudantes. E, agora, a aquisição de 407 mil cestas básicas para os estudantes do CADÚnico.

O Recreio nas Férias, agora em julho, foi estendido, e teve também alimentação no recreio. E agora, no Recreio nas Férias de 2023, passa de duas para três semanas com alimentação. Então, além da cesta básica para a família dos estudantes do CadÚnico, também o Recreio nas Férias é ampliado, com alimentação, para que nós possamos garantir a segurança alimentar dos nossos estudantes da rede municipal.

Uma ação bastante potente é o do Naapa – Núcleo de Apoio Acompanhamento para a Aprendizagem. E nós ampliamos os profissionais, psicólogos e psicopedagogos, para atuarem em itinerância nas escolas. Existe o Núcleo Central do Naapa, e existem os Naapas nas DREs. E esses Naapas atuam justamente nas escolas e com aqueles estudantes mais vulneráveis do ponto de vista pedagógico.

Foi feita também uma parceria com a Unicef para busca ativa, porque a pandemia traz desafios que não são novos para quem é da área da educação. Garantimos o direito a

acesso, mas é preciso garantir a permanência. E a busca ativa é fundamental e volta a nos afligir. E por isso nós fizemos uma parceria com a Unicef, da Plataforma Busca Ativa, junto com a Secretaria de Assistência e a Secretaria de Saúde. Além disso, contratamos mães do programa POT para atuarem como visitadoras nas escolas. Temos tido bastante sucesso nesta ação com as mães.

O destaque da cidade de São Paulo com relação à fila das creches é que este será o terceiro ano consecutivo em que a cidade de São Paulo terá a fila de vagas em creche zerada. Agora, em setembro, terceiro trimestre, foi zerada a fila de vaga em creche, o que representa justamente a inclusão e a equidade de oportunidades na cidade.

Outra mudança importante é a ampliação do TEG – Transporte Escolar Gratuito – , que era de um raio de 2 km, e passa para 1,5 km. Com isso, vai beneficiar 51 mil crianças – e temos 3.900 motoristas credenciados.

Eu falei das mães na questão das visitas, mas tivemos também as Mães Guardiãs, que foram cinco mil mães apoiando as escolas justamente no cumprimento dos protocolos. Por isso, guardiãs – guardiãs dos protocolos, guardiãs das escolas, guardiãs dos seus próprios filhos. Foi uma parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, que gerou renda para as pessoas, para as mulheres, e também apoio para as nossas unidades educacionais.

Também destacar, e é um dado importante para evitar evasão, a aprovação por esta Casa da Lei 17.574, com relação aos absorventes para as nossas estudantes, para que com isso elas não precisem faltar e tenham vergonha, e consigam, com isso, completar os seus estudos. E a pobreza menstrual não seja um problema na cidade de São Paulo. Então, por conta de uma lei aprovada nesta Casa, foi possível repassar o recurso para as escolas que, com isso, garantem esse direito às nossas meninas.

Também foi aprovada por esta Casa a GLT – Gratificação de Local de Trabalho. Aí tem o detalhe de todas as faixas, às quais não vou me ater, mas ela vai de 300 a mil e quinhentos reais para os profissionais da educação e professores; e de 110 a 660 reais. E

isso levando em conta o índice de rotatividade e a contratação. Então, aquelas escolas que têm maior rotatividade.

A nossa rede tem, comparada a outras, Vereadores, um baixo índice de contratados – 5% do total da rede. Outros municípios, estados, tem 30, 40% de contratados. Mas em algumas escolas nós temos um índice alto, principalmente na Zona Sul. E esta lei que a Câmara aprovou é muito importante para ajudar na fixação dos professores, que é fundamental para criar vínculo para o projeto político-pedagógico das escolas.

Aí não é exclusivo da educação, mas o Prefeito Ricardo Nunes encaminhou e esta Casa aprovou: aumento no auxílio-alimentação e no vale-refeição, passando para 600 reais, na faixa inicial; e o auxílio-refeição, de 21,81 para 25 reais. E também ampliando para até dez salários-mínimos – antigamente, até oito.

Com relação às aprendizagens, o grande desafio no pós-pandemia, com foco no currículo, na avaliação, na formação, acompanhamento e recuperação das aprendizagens, com produção de materiais pela própria rede, parcerias, supervisão escolar – ontem nós tivemos o Foro da Supervisão –, ampliação dos estagiários, enfrentamento à evasão, formação de educadores, avaliações internas e externas para iluminar a escola – quais os caminhos, o planejamento e o replanejamento, para a garantia dos direitos de aprendizagem.

O Projeto Formação da Cidade, baseada nas principais dificuldades que os nossos estudantes têm enfrentado; e a formação de coordenadores pedagógicos ingressantes, cujo número expressivo eu mostrei logo no início. Foram 16 encontros durante todo o ano, com oito horas em cada um deles. E o processo do concurso, que tem, a partir do ano que vem, a prova prática para professores ingressantes.

A recuperação paralela, quer seja no ciclo de alfabetização, no interdisciplinar e no ciclo aural. Nós tivemos, ao todo, oito mil turmas, totalizando 106 mil estudantes nas turmas de recuperação e também a formação da cidade baseada na didática de cada um dos componentes curriculares.

Agora, para o ano de 2023, a Formação da Cidade continua, Estudos

Complementares, Conhecer Mais, justamente apoiando a recuperação e o fortalecimento das aprendizagens nas nossas unidades.

O professor PAP passa a ter, além das dez horas que tem de trabalho de recuperação no contraturno, 15 horas noturnas, para trabalhar nas turmas, na recuperação contínua, apoiando o professor regente de classe nesse processo de recuperação.

Formação específica de fevereiro a dezembro. Ciclo de alfabetização baseada em metodologias e mais tutores da própria rede. Ciclo interdisciplinar – projetos. Interdisciplinares e o PAP Colaborativo, que é o que eu acabei de explicar. O Ciclo Autoral, trabalho colaborativo de autoria, o TCA. Então são 15 aulas de projeto colaborativo e 10 aulas de contraturno. Também a Secretaria fez uma parceria com a Fundação Padre Anchieta, a TV Cultura, para a entrega de oito projetos interdisciplinares para recuperação paralela. Formação de professores, supervisores e diretores, tanto assíncrona como presencial.

Com relação ao São Paulo Integral, nós temos 32 mil estudantes no São Paulo Integral. E passamos agora, de 2022, com 195 unidades, para 2023, com 211 unidades.

Também foi criada por uma lei desta Casa o Centro de Estudo de Línguas Paulistano, que estão localizados nos CEUs, são os CELPs. São 31 polos. E hoje nós já temos 1800 estudantes da rede matriculados em cursos de inglês, espanhol, francês, alemão e italiano na nossa rede.

Por fim, queria falar de algo muito importante: a educação antirracista.

A Secretaria tem lá o Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais, que é o NEER, que vem fazendo formações, *lives*, treinamentos. Fizemos aqui com a Escola do Parlamento um curso de especialização em educação antirracista. Também temos colaborado com a Secretaria de Relações Internacionais no Farol de Combate ao Racismo Estrutural, que produziu um material sobre o qual eu vou falar logo em seguida. E o Farol Antirracista está no plano de metas da cidade. O combate ao racismo é importantíssimo. Não basta não ser racista, é importante ser antirracista. E é importante ter essa cultura na rede municipal. Já temos trabalhos fundamentais. E é importante dar continuidade.

Como eu disse, a Secretaria realiza formações mensais com as 13 diretorias regionais abordando a história e a cultura da população africana e afro-brasileira.

Atualmente, o Núcleo de Educação Étnico-Racial tem um grupo de 26 formadores atuando em três frentes, oferecendo mais de duas mil vagas em cursos optativos a todos os profissionais da educação.

Em parceria com a Escola do Parlamento, foi feito o curso que eu mencionei: Liderança Educativa para a Equidade Racial – Gestão e Práticas Pedagógicas em perspectiva antirracista.

Também muito importante foi a aquisição de 741 mil livros para o programa Minha Biblioteca e o programa da sala de leitura, que totalizam 178 títulos de cultura afro, africana e afro-brasileira para as nossas escolas e, também, para os nossos estudantes negros e não negros levarem para suas casas.

Foi lançado recentemente na Expo da Consciência Negra as orientações pedagógicas Povos Afro-brasileiros Educação Antirracista no currículo da cidade.

Também já temos as orientações pedagógicas dos povos migrantes, como eu falei são 9 mil estudantes de 101 nacionalidades, os povos indígenas, parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, o Portas Abertas, que é o português para migrantes, para o pai daqueles estudantes que vêm de outros países, para aprenderem português e a revista *Ocupação MAI*. O projeto Portas Abertas, como eu falei, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, para 400 estudantes matriculados em 12 unidades. Tem o nível básico, intermediário e avançado. A cidade de São Paulo tem, ainda, três Centros de Educação e Cultura Indígena, CECIs, que não vou detalhar o número de estudantes.

Próximo. Expo da Consciência Negra sobre o qual já fiz referência sobre orientações pedagógicas, que são para todos os profissionais da nossa rede.

Com isso, eu termino.

Queria agradecer à comissão, aos Vereadores, em especial, Jair Tatto e Sidney Cruz presentes.

Muito obrigado a todos os munícipes presentes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário.

Quero anunciar a presença, de forma *on-line*, do Vereador Presidente da Comissão de Educação e Esporte, Vereador Eliseu Gabriel; Vereador Gilberto Nascimento; e a Vereadora Ely Teruel.

Passo, imediatamente, a palavra ao nosso querido Secretário Carlos Augusto Manoel Vianna, o Cacá, Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

O SR. CARLOS AUGUSTO MANOEL VIANNA – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Um minutinho só, Secretário. O Vereador Eliseu está querendo falar de imediato? Permite, Sr. Cacá?

O SR. CARLOS AUGUSTO MANOEL VIANA – Lógico, com certeza.

O SR. ELISEU GABRIEL – Bem, rápido.

Queria saudar você, Jair, o Sidney e, também, o Padula, Secretário de Educação, e Cacá, Secretário de Esportes, e dizer como é importante a gestão dessa gigantesca obra que é a educação na cidade de São Paulo. A gente vê a competência do serviço público, a qualidade da gestão que a gente vê nesse trabalho.

Eu queria colocar algumas questões que estou ouvindo: o retorno às aulas por causa da pandemia, como é importante o acolhimento. Ele é, acima de tudo, a coisa mais importante para as crianças; essa busca ativa também é muito interessante que a Secretaria tem feito.

Só queria dizer mais uma coisinha: sobre a inclusão digital. É uma preocupação que eu tenho, porque a gente tem que aprofundar esse trabalho de inclusão digital, realmente para envolver os jovens, as famílias nesse processo que vai muito além da questão da máquina. É um trabalho de preparação para as pessoas entenderem e utilizarem a sua ferramenta digital no processo educacional.

É só isso, Jair. Estou acompanhando vocês na medida do possível.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Presidente Eliseu Gabriel.

Vamos seguindo, Secretário.

O SR. CARLOS AUGUSTO MANOEL VIANA – Bom dia a todos.

É uma honra estar aqui. Vai subir a apresentação para que a gente possa ser bem sintético e objetivo, falar um pouquinho das nossas ações de 2022, também do que a gente pensa executar para o esporte na cidade de São Paulo no ano de 2023.

A gente vem consolidando o orçamento de SME, significativamente, com muitas ações, principalmente, Sidney, que estavam paradas e existiam há algum tempo na cidade de São Paulo, e não eram colocadas em prática para a população.

- O orador passa a se referir a imagens em tela de projeção.

O SR. CARLOS AUGUSTO MANOEL VIANA – Para vocês terem uma noção com relação ao nosso orçamento: Administração da unidade e TI da Seme, para a LOA 2023, um orçamento de 83 milhões 612 mil reais. Bolsa Atleta, um programa que desde 2009 tinha sido aprovado na cidade de São Paulo e nunca colocado em prática. Ou seja, a gente conseguiu buscando, Padula, dentro da Meta 1, que é transferência de renda para a população da cidade de São Paulo incluir essa ação, e lançamos neste ano o Bolsa Atleta, contemplando 181 crianças de 14 a 21 anos, com bolsa que vai de 640 a 1.240 reais, incluindo também deficientes físicos. Para o ano que vem, temos um orçamento para o Bolsa Atleta de 2 milhões 562 mil reais para fazer esse importante programa para os nossos jovens.

Dentro do Centro Olímpico também a gente conseguiu realizar uma grande façanha, colocando profissionais dentro do chamamento da Secretaria de Esportes, e o orçamento do Centro Olímpico para a realização de atividades, pagamentos e RH, ampliou para 7 milhões 423 mil reais. Trouxe a planilha para a gente acompanhar.

A descentralização da Rede Olímpica, um projeto muito antigo também, um pleito já muito longo na cidade, que é dar oportunidade para as crianças que estão nas periferias da cidade de serem avaliadas minimamente. A gente conseguiu iniciar neste ano de 2022 contemplando o Centro Esportivo Pirituba e o Centro Esportivo Cambuci; está na fase do

Guarapiranga e, para o ano que vem, início das obras de mais de 70 milhões de reais para a implantação da Rede Olímpica no Thomas Mazzoni, na Vila Maria, e José Bonifácio, na zona Leste, ou seja, dando para aquelas crianças a oportunidade de vivenciarem essa ação esportiva.

Tenho falado muito com o Padula e acredito muito que temos que discutir a formação esportiva dentro do ambiente escolar. A gente tem avançado significativamente e o Padula tem sido um grande parceiro da Secretaria de Esportes. Temos conseguido trabalhar nesse fomento, dando principalmente através do esporte para a nossas crianças uma qualidade de vida, não só na saúde, mas também um desempenho escolar muito melhor. A gente sabe o quanto as crianças que fazem esporte têm o seu melhor desempenho em sala de aula, nas questões cognitivas e tudo mais. Então, Padula, agradeço pela sempre parceria, dizendo que a gente tem feito essa descentralização, principalmente para poder realmente avançar na possibilidade de as nossas crianças terem acesso ao esporte de alto rendimento.

Para manutenção e operação dos 46 centros esportivos, incluindo pequenas obras de manutenção: 144 milhões 406 mil reais, que serão investidos no ano que vem para manter esses centros que são próprios municipais da Seme.

Para programas esportivos, a gente aumentou significativamente. Então, programas como a Taça Cidade de São Paulo, Circuito Esportivo, Jogos da Cidade, Jogos Escolares da zona Sul, que a gente vai ampliar para outras zonas da cidade em 2023; Sampa em Movimento; Vem Dançar; Radicais Urbanos. A gente tem uma proposta, hoje, de 19 milhões de reais.

Para a Virada Esportiva: 8 milhões de reais; ampliação e reforma de CDCs: 2 milhões 246 mil reais. Então, uma proposta orçamentária na casa dos 310 milhões de reais para gerir o esporte na cidade de São Paulo.

Mais do que isto: a gente também avançou muito dentro da Lei de Incentivo ao Esporte. Todo mundo sabe que desde 2013 essa lei estava aprovada e nunca ninguém a tinha colocado em prática. Então, nós publicamos o edital de chamamento às entidades. Esse

dinheiro, na verdade, acabava não sendo transferido para as entidades e a gente conseguiu materializar isso fazendo o chamamento para as entidades poderem ter acesso a esse recurso. Essa Lei de incentivo ao esporte tem como característica os recursos do ISS e do IPTU na cidade de São Paulo. Então, serão aplicados 20 milhões dessa importante lei que até então estava guardada há muitos anos. A gente efetivou isso dando uma grande contribuição esporte para a cidade de São Paulo.

Além do mais, o Fundo Municipal do Esporte, que já foi muito mais robusto, a gente conta com uma previsão orçamentária para 2023 de mais ou menos 900 mil reais. A gente vem discutindo medidas para potencializar o Fundo. Tenho certeza de que temos feito bastante em prol da cidade de São Paulo com o Prefeito Ricardo Nunes. Temos avançado também em reformas de piscinas. De imediato, teremos 7 piscinas sendo remodeladas: Vila Carioca, Vila Manchester, Vila Santa Catarina, Mooca, Curuçá e Vila Guarani.

Também conseguimos uma importante ação para este ano, que é a reforma do Centro Olímpico, uma antiga reivindicação dos atletas que sempre se utilizaram dali uma licitação que já foi contemplada de 18 milhões para reformar o Centro Olímpico. Além da Lei de Incentivo aos Esportes, como eu falei, e de várias outras ações que a gente vem avançando para qualificar ações de qualidade de vida. Até, Padula, briguei outro dia com o Secretário de Saúde, que era o Edson. Falei: “olha, Edson, o Secretário de Saúde sou eu na cidade de São Paulo. Você é o secretário da doença”. Brincando, mas lógico que não é esse o conceito da OMS. Mas a cidade de São Paulo tem crescido bastante. Um exemplo disso foi a Virada Esportiva, Vereador Tatto e Sidney Cruz, a maior Virada Esportiva, principalmente, inclusiva, nos locais mais periféricos da cidade de São Paulo a gente conseguiu avançar bastante.

Então, eu estou à disposição de todos para esclarecer qualquer dúvida. Fui bem sintético para que a gente possa aproveitar melhor qualquer dúvida que vocês tenham.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário.

Eu queria começar, se me permitirem, para o Secretário de Educação: nós temos o Tribunal de Contas do Município, que julgou as contas municipais de 2021. No relatório, os conselheiros aferiram que não foram aplicados os 25% da educação, apenas 22,8%, devido à aprovação da emenda constitucional por conta da pandemia. Não foi uma PEC, *né*, foi uma emenda constitucional. Foi tirada a responsabilidade dos gestores nos anos da pandemia, no entanto, os valores não gastos devem ser aplicados nos exercícios de 2022 e 2023.

Então, eu preciso saber qual é o planejamento da educação para aplicar esse saldo em 2022 e 2023.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, Luna, desculpe, nossa futura Vereadora, venha compor a mesa conosco. Uma salva de palmas. A partir de 15 de março estará conosco como Vereadora. (Palmas)

Secretário, seguindo, nós temos liquidados 13 bi 820 milhões até o final de outubro, e temos já empenhados 14 bilhões. Nós precisamos chegar em 19 bilhões. Nós todos, principalmente vocês. O que ocorreu no ano passado? O senhor confirma comigo que foi para cumprir, não os 25, os 22,8. Houve, eu diria, que um despejo até desenfreado no mês de dezembro. O senhor foi obrigado a empenhar 5 bi 197 milhões 524 mil em dezembro. Se eu não estou enganado, foi 1,5 bi no dia 30 de dezembro. Eu estou querendo chegar à conclusão de como é que vamos ter o saldo remanescente, porque foi permitido através da PEC.

O segundo ponto: como é que vamos gastar em torno de 5 bi em um mês e alguns dias? E se não vai ocorrer novamente, porque aqui vem uma pergunta, um questionamento, que claro que foi determinado, nós vamos reformar 400 escolas. Mas foi mandado, me consta e eu relatei em alguns casos que eu visitei, que foi mandado de uma maneira – eu não vou usar o termo aleatório porque foi publicado -, mas diretores e diretoras receberam valores nas escolas sem saber o que fazer, executado de uma maneira – aí eu diria aleatória - “o que eu faço com esse dinheiro”.

Então, eu acho que foi o grande erro da gestão – quero dizer claramente para o senhor. E a pergunta fundamental é essa: temos um saldo remanescente, um estoque em caixa, eu não tenho esse valor, eu não estou me achando aqui, mas nós temos 5 bi para liquidar até 31 de dezembro. Então, essa a minha pergunta, o meu questionamento.

Imediatamente, abro, conforme a nossa tradição - o relator sempre fica para o final -, porque a tarefa dele é receber tudo que vocês solicitam e, se as bênçãos dos céus permitirem, ele acatar todas, eu costumo dizer que tem margem para bastante coisa, nobre relator. Então, a gente o deixa sempre por último nesse aspecto.

De forma *on-line*, a primeira inscrição: Márcia Fonseca Simões. (Pausa)

Vereadores e Vereadoras, vamos revezando. Vamos ouvindo alguns munícipes, vocês presentes.

Representante do Polo Cívico Brasilândia. Vou pedir que, daqui para frente, digam quem representa para identificarmos.

O SR. MARCOS RUBENS FERREIRA – Primeiramente, quero fazer um reconhecimento ao município de São Paulo, às Secretarias que estão presentes pelo trabalho fortíssimo que ocorreu no período da pandemia, abrindo os espaços para moradores em situação de rua, sejam da Secretaria Municipal; alguns equipamentos de saúde acolheram pessoas que estavam enfermas, em quarentena. Na zona Sul, isso aconteceu muito forte na região que tinha escolas que estavam fechadas e acolheram pessoas enfermas, e a população em situação de rua nos equipamentos da Secretaria de Esportes. Isso é algo muito louvável e que não pode ser perdido, principalmente no período de inverno a população em situação de rua necessita de acolhimento, com o metrô que abriu suas portas de estações fechadas também, no período da madrugada.

Parabéns a essa secretaria, aos seus gestores e ao município de São Paulo.

A segunda questão com relação à Secretaria de Esportes, é necessário ter um controle, um acompanhamento bem intenso dessas verbas que são destinadas a entidades, a associações e organizações do terceiro setor para realização de eventos ou de

campeonatos, porque, na região específica da Freguesia do Ó/Brasilândia e distritos em volta, já ocorreu necessidade de ficarmos, como conselheiros e sociedade civil organizada, muito em cima das supervisões de esporte, cultura e lazer das subprefeituras.

Muitos campeonatos ou torneios eram divulgados e o que acontecia? Tinha uma listagem lá com nomes, mas evento propriamente dito para acolher as comunidades, a população, foram ínfimos ou pífios. A situação de campeonatos divulgados como para todo o distrito, todas as regiões, não aconteciam. No último período, das últimas três gestões municipais, foi necessário ficar muito em cima dessas supervisões de esporte, cultura e lazer das subprefeituras.

Uma outra questão, que é um apontamento sempre feito na região da Brasilândia, é do desenvolvimento daquelas quadras em áreas que, muitas vezes, são depreciadas. Existem espaços e espaços na periferia que às vezes são lixões, às vezes são espaços públicos mesmo de calçada, que estão em desuso, e poderia ser utilizado tudo aquilo para desenvolver aquele projeto que já ocorreu há um tempo...

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, concluindo.

O SR. MARCOS RUBENS FERREIRA - ...das quadras poliesportivas, mini espaços. Não precisa ser uma quadra oficial, com as dimensões oficiais de um campeonato de vôlei ou basquete, mas mini espaços que qualificam, seja o bairro, seja aquele local que muitas vezes é usado para descarte irregular de lixo, que tem a devida administração pela comunidade, pelos moradores, pelo local e ali começa também a se desenvolver o espírito esportivo, coletivo da juventude, jovens, crianças, que muitas vezes não têm todo o espaço educacional...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo, Marcos.

O SR. MARCOS RUBENS FERREIRA – ...abertos nos finais de semana ou em contraturnos, porque a escola está funcionando para atender aos alunos nos seus períodos escolares; manhã, tarde ou noite. E os jovens que estão no contraturno, que ainda não estão

no mercado de trabalho, no mercado técnico profissionalizante, estão dentro de casa ou às vezes na rua sem muita orientação, sem espaço de lazer.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcos.

O SR. MARCOS RUBENS FERREIRA – ...Esses espaços mínimos de esporte serão excelentes.

Obrigado. Bom trabalho.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, ainda não. Objetivamente, ainda não.

De forma presencial, chamo Janete Silva de Oliveira, por três minutos.

Fórum, se puderem juntar o tempo, uma tolerância a mais para não sermos repetitivos, ajudaria na contribuição ao debate.

Um lá, outro cá, *okay?*

A SRA. JANETE SILVA DE OLIVEIRA – Bom dia a todas as pessoas presentes, Vereadores, Secretários.

Sou Janete e represento o Sinesp, que é o Sindicato dos Gestores Municipais.

É sempre uma excelente oportunidade podermos discutir sobre o orçamento para o próximo ano. Teríamos aqui um tanto de coisas para contribuir com esse planejamento, porém temos sempre que escolher alguns itens.

Sr. Secretário Padula, os números apresentados pelo senhor são os reais, obviamente, o senhor tem o domínio das informações, mas esperamos imensamente que o senhor tenha a noção da realidade do chão da escola. Os números que o senhor apresentou são insuficientes para o dia a dia, para o bom desenvolvimento do trabalho educacional nas escolas.

Há muita falta de professor em sala de aula, principalmente aqueles que estão lá para atender as necessidades diárias e imprevistas das escolas. Não temos os profissionais que chamamos de CJ. Uma deficiência muito grande ainda é o número de profissionais do Naapa. Vivemos essa realidade constante nas escolas, esse número é insuficiente, as

crianças não conseguem ser atendidas, enfim, uma série de coisas e eu vou abreviar para o assunto que eu quero tratar, que não trará impacto orçamentário para a Prefeitura. Eu vou falar de um assunto que não precisa estar no orçamento, que é a regulamentação imediata da Lei 11.232/2019, que trata do horário de formação e aperfeiçoamento dos gestores educacionais.

Ontem, se não me falhe a memória, o senhor esteve num evento com os supervisores e disse que essa lei seria regulamentada. É uma lei de 2019, aprovada em 2019 e que até agora não foi regulamentada, mesmo não tendo impacto financeiro, volto a dizer. O Sinesp, como representante dos gestores, solicita que ela seja regulamentada o quanto antes e que essas horas de estudo possam ser cumpridas em local de livre escolha do gestor escolar.

A grande maioria de nós sabe como é a rotina de uma escola e que é impossível o gestor fechar a porta da sua sala – e às vezes nem tem sala – para se dedicar a estudos. Regulamentar essas horas de estudo para serem feitas na unidade escolar por um gestor é uma regulamentação que não beneficiará, de jeito algum, o gestor. Por isso, que essa regulamentação seja feita em livre escolha e isso não tem impacto financeiro.

Eu elenquei apenas mais um item, entre tantos que a gente teria para reivindicar. Que conste da lei orçamentária, um assunto que nos é muito caro, preocupante, que não é tratado com a seriedade que necessita e acredito que isso tenha impacto financeiro sim. As unidades educacionais não têm auto de vistoria do Corpo de Bombeiros. Nós temos unidades educacionais com mais de 50, 60 anos. Imaginem vocês,...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui, para mim, por favor.

A SRA. JANETE SILVA DE OLIVEIRA – ...problemas de elétrica nas escolas, uma escola de 60, 70 anos com mil reformas elétricas, imaginem o perigo que pode ser.

Esse é um assunto que tem que ser previsto na lei orçamentária, porque provavelmente teremos que ter muito dinheiro para reformas e adequações do prédio, caso esse auto de vistoria do Corpo de Bombeiros seja realizado, como deve, em todas as unidades

educacionais.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Janete.

Pelo sistema híbrido, Christian Sznick, por três minutos.

O SR. CHRISTIAN SILVA MARTINS DE MELLO SZNICK – Bom dia, Vereador
Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou agora fazer um apelo: três minutos serão três minutos daqui para frente. Nós temos mais de 30 inscritos e eu acho que aquilo que faltou, em 30 inscrições, será contemplado em outra fala. Eu peço essa consideração. Obrigado.

Tenha a palavra.

O SR. CHRISTIAN SILVA MARTINS DE MELLO SZNICK – Perfeito.

Bom dia, Vereador. Sou Christian, diretor de escola na Prefeitura de São Paulo, membro também do Sinesp e do Coletivo Cachoeirinha.

Aqui venho trazer três assuntos pontuais, um deles, reforçar o que a colega Janete falou e é importante fazer esse reforço. Um deles, sobre o lado do gestor; o outro, sobre a questão das reformas e, nesse, vou ampliar um pouquinho. Precisa ter um plano um pouco mais esmiuçado da Secretaria Municipal de Educação e buscar que não se tenha mais esses perfis com... (Falha na transmissão.) ...mas que se tenha planos... (Falha na transmissão.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Problemas de conexão. Voltará assim que retomar.

Próximo, Bruno Rinaldi Hupfer, da Federação Paulista de Skate.

O SR. BRUNO RINALDI HUPFER – Bom dia a todos. Me chamo Bruno, sou Presidente da Federação Paulista de Skate e, por coincidência, sou professor universitário na área de Educação Física, então, fala bem com que a Comissão vai tratar hoje.

Acho que tem muita coisa para falar, mas em três minutos, a gente vai tentar ser o mais breve possível.

Em relação à Secretaria de Educação, faço coro com o Cacá, que já conheço há um tempo, para inclusão do *skate*, principalmente nas escolas. A gente tem feito no estado, e aí é um ganho, o *skate* já tem uma lei de diretrizes nas escolas estaduais, só que a regulamentação não fala em compra de equipamento, nem montagem e nem preparação do professor, do profissional de educação física, para dar isso. Eu acho que fazer um pedaço e não fazer outro, não faz sentido.

E outra coisa é a gente tem feito, e neste ano a gente participou da inclusão do *skate* na Fundação Casa, no estado de São Paulo. A gente já está oferecendo isso e ajudou, auxiliou para medida socioeducativa na Fundação Casa, mas para formação dos nossos jovens, no geral, que estão fora do sistema da Fundação, a gente ainda não oferece. E o *skate*, acho, que é uma ferramenta excelente para isso, principalmente pelo trabalho que tem de falta de competitividade. Tem uma cultura que não igual à cultura esportiva tradicional.

Em relação à Secretaria de Esportes, e eu vou pedir para o Cacá: Cacá, a gente precisa fazer um circuito municipal de *skate*. Se a gente tem uma lei, uma bolsa-atleta municipal que inclusive foi construída com ajuda da Federação Paulista e você não tem um circuito que regulamenta, você não tem de onde tirar esse atleta. A gente usa o circuito paulista que, na verdade, é o circuito estadual para tirar, mas a gente não tem nenhum evento no município.

A Federação fez, neste ano, pelo menos uns 15 eventos; atendemos quase mil atletas de todas as categorias, até o amador, a gente não trabalha com o profissional ainda. Eu acho que isso é uma questão que precisa ser pensada, de novo, a gente não pode fazer meio caminho, a gente tem que fazer o caminho inteiro para construir o ciclo do esporte.

A gente também tem que pensar na regulamentação, nas contratações principalmente de obras de pistas de *skate*. A gente tem trabalhado junto. As empresas que ganham licitação, geralmente não sabem fazer, não tem *expertise*, sai uma coisa terrível e aí o município é obrigado a reformar duas, três vezes para adequar. Então isso precisa ser trabalhado urgentemente.

E também na contratação das entidades que prestam serviço de clínicas esportivas, aliás, também precisa de ampliação no nosso caso. A gente fez uma clínica que foi na Virada Esportiva, uma só o ano inteiro e no estado a gente fez quase oito. Fizemos sete e, na última, choveu e não deu para fazer. Mas a gente precisa ter essa clínica para que fomente o *skate* no município. O estado tem feito a parte, mas o município não. Então é importante que o esporte participativo também esteja contemplado e para o alto rendimento, incluir principalmente, talvez, na reforma do Centro Olímpico – a gente já conversou sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim, por favor.

O SR. BRUNO RINALDI HUPFER – ...mas a ideia é incluir a construção de um centro de treinamento olímpico. A gente não tem nenhum, o da seleção brasileira vai para Campinas. Nós perdemos o nosso aqui e eu acho que seria excelente que o município de São Paulo tivesse, já que nós temos 45% dos skatistas na nação. Somos pelo menos 2,5 milhões de skatistas aqui.

Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Bruno.

De forma híbrida, Roberto Herreira Bueno. (Pausa) Tamires Crisóstomo Gonçalves de Souza. (Pausa) Daniel Reinaldo Cornejo. (Pausa) Márcia Fonseca Simões. Já falou, foi a primeira. Jessica Caroline dos Santos Sales. (Pausa) Inara Mariana Vasco Sales. (Pausa) Grazielle Espessato de Carvalho. (Pausa) Gilberto Roque da Silva Pereira.

Gilberto, me permite, o Christian perdeu a conexão e faltou concluir. Aguarde que depois, imediatamente, você já usa a palavra.

Christian, eu somei que você tem 1min30, pode ser? Permito dois.

O SR. CHRISTIAN SILVA MARTINS DE MELLO SZNICK – Um minuto é suficiente, Vereador. Na verdade, eu estava falando sobre a Siurb, sobre os contratos que a Seme faz com Siurb. Na verdade, a gente precisa avançar nisso e, se for execução efetiva, a reserva que se fez de recursos de diversas escolas, no ano passado, mais de 200 escolas,

se reservou um valor para reformas gerais e elas não iniciaram. As escolas nem têm escopo do que será essa reforma, só tem o valor, não tem nada. Aqui na escola, por exemplo, nós temos um valor, mas até agora não veio nada.

Então precisa, realmente, essa questão sair, ter um plano de manutenção corretiva dos prédios mais bem elaborado, considerando que as escolas têm uma enormidade de projetos arquitetônicos, mas de grande variedade. E, sobretudo, ter um pouco mais claro o plano de obras de expansão da rede, até para atender locais como a Brasilândia, a Elisa Maria.

É isso que queria trazer: ter um plano de obras mais claro e ele, realmente, ser executado. Não apenas o valor ficar empenhado, a escola saber que tem uma possível reforma, mas nem o projeto dela ainda de fato existe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Christian. Agora, Gilberto, por três minutos. A próxima de forma presencial é a Célia Cordeiro, do Sinpeem.

Tem a palavra, Gilberto.

O SR. GILBERTO ROQUE DA SILVA PEREIRA – Bom dia a todos. Sou Gilberto, árbitro de futebol, participei da Federação até o ano passado e tenho visitado muitas regiões do estado de São Paulo, principalmente da cidade.

Vamos lá. Também tenho um projeto social no Conjunto José Bonifácio e, desde então, a gente vem tendo outra realidade. Graças a Deus, foi feito um grande investimento aqui na região. Os campos que eram de terra, hoje, estão com outra benfeitoria e isso é muito bom para os praticantes.

Vou colocar alguns itens, não sei se dá para falar em três minutos, mas eu vou tentar voar. Vamos lá.

No ano de 2013, foram retirados os lanches, as merendas dos Centros Esportivos e CDCs e até hoje não retornou. E era um item muito importante para as crianças que iriam treinar.

Estão faltando os campeonatos escolares e os centros esportivos estão praticamente parados aos finais de semana. Muitos praticam atividade até as 13h30, 14 horas e depois o clube é praticamente fechado, ficando às moscas. Então é necessário fazer os eventos dentro desse horário.

Os Jogos da Cidade. A própria Secretaria organiza, porém ela não dá tanta ênfase, sendo que os Jogos da Cidade têm o mesmo nível dos campeonatos de primeira divisão de outras cidades. Então o regulamento deve ser muito rígido, porque é necessário esse reconhecimento para essa atividade. Está bom?

Taça Cidade de São Paulo, que é para as crianças, de 10 aos 17 anos, jogarem, mas infelizmente de uns anos para cá a Secretaria vem aceitando inscrições de equipes de fora da cidade de São Paulo. Se o investimento, se o imposto é dos moradores da cidade, que fique restrito aos jogadores e equipes da cidade de São Paulo. Estão colocando equipes de Mogi, do ABC, e aí é muito mais fácil você montar um time numa cidade do que num bairro, e aí está causando essa distorção de competição. Antes não existia limite, hoje existe limite de inscrição.

E pedir também à Secretaria que ela se unifique às outras para que tenha transporte também para essas instituições. E, se tudo correr bem, um lanche também para as crianças. Mesmo sabendo que você tem 30 equipes, então você consegue destinar ônibus e lanche para todos os participantes.

Vamos lá. Pedir também à GCM ronda que fiscalize, que faça ronda nos centros esportivos, nos CDCs, porque infelizmente em dias de semana usuários de drogas utilizam esse espaço da comunidade para utilizar o seu entorpecente. Então a GCM tem que ter uma ordem, ou a Polícia Militar, de visitar esses locais para dar – vamos colocar assim – mais conforto aos praticantes e familiares, porque é muito ruim uma criança de dez anos estar praticando esporte e ao lado do alambrado ter um adulto usando entorpecente. Então droga e criança não podem andar juntos.

Centro Esportivo José Bonifácio: colocaram rampa de acesso...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui, Gilberto, por gentileza.

O SR. GILBERTO ROQUE DA SILVA PEREIRA – É para parar?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, eu pedi para você concluir, por gentileza.

O SR. GILBERTO ROQUE DA SILVA PEREIRA – Vou tentar falar rápido, Jair, só um minutinho.

Centro Esportivo José Bonifácio não tem rampa de acessibilidade na entrada principal, só dentro do (ininteligível).

Pedir aqui que o Centro Olímpico, que foi citado aqui, que se construam mais três vestiários para a modalidade futebol de campo, pois existem somente dois.

E outra coisa: que a Educação venha contemplar a região de Itaquera com outro CEU na região do Carmosina, pois é uma área que está degradada. É um espaço que dá para se utilizar, porque não tem nada. Ele fica entre a Rua Lagoa do Campelo e Rua São Felix do Piauí.

Outra coisa: deixa só dar um puxão de orelha no Secretário aí, que existe um Conselho do Esporte, Lazer e Recreação desde 12.11.2008, o regimento está em 2014 e até hoje esse Conselho não existe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Gilberto.

Célia Cordeiro, presencial. (Pausa) A Márcia fez uma troca, vamos ver se eu entendi. A Márcia Fonseca utilizará a palavra que a Valéria declinou a seu favor. Vamos lá.

A SRA. CÉLIA CORDEIRO – Bom dia, companheiras, companheiros, vereadoras, vereadores.

Eu penso que uma cidade como São Paulo, onde habita o mundo, o mundo habita em São Paulo, São Paulo é uma cidade de vocação educadora desde o Século 16, pensar socialmente o orçamento é fundamental - acho que todos devem concordar -, em vez de apenas financeiramente.

Vou tocar num assunto árduo, mas muito caro para nós do Sinpeem. Sou Diretora

do Sinpeem e empreendemos no ano passado uma árdua luta contra a reforma da Previdência, do famigerado Jair Bolsonaro, que foi regulamentada aqui, infelizmente.

Esta reforma da Previdência deixou uma injustiça crucial para os aposentados da Prefeitura, além de, para os ativos, aumentar o tempo de contribuição, diminuir os valores da aposentadoria, aumentar a idade mínima. Essa reforma trouxe um confisco para os aposentados da Prefeitura.

Imaginem vocês um servidor público da Prefeitura de São Paulo, depois de contribuir 30, 40 anos – é isso que eles estão contribuindo agora -, continuarem pagando contribuição previdenciária de 14% sobre seus proventos. Isso é inadmissível. Isso não acontece em nenhum... Poucos lugares do Brasil regulamentaram. Por que foi regulamentado aqui?

Recentemente, o Estado revogou essa injustiça, a Assembleia Legislativa revogou essa injustiça, e a gente está aqui apelando para que os vereadores que estão presentes conversem com seus pares, vereadores da Base governista que votaram nessa injustiça podem revogá-la, revogar esse confisco que está fazendo com os nossos aposentados sofram um processo de empobrecimento porque, aliado ao confisco de seus proventos, tivemos uma inflação galopante provocada pelo famigerado Bolsonaro.

Esses aposentados, o Secretário falou que houve aumento do piso de 32%, mas para os aposentados com paridade foi apenas 5% de aumento, e para os sem paridade, nada. Injustiça dupla, tripla, sendo cometida por esses meses. Desde março, desde 19 março os nossos aposentados estão sofrendo esse confisco. Pensando que, recentemente, a FIPE-USP publicou que a inflação para os mais velhos é 70% maior do que para nós outros.

Nesse sentido, o Sinpeem está aqui continuando a nossa luta. A gente nunca parou de lutar contra essa injustiça cometida pelo Governo Nunes e por esta Câmara aos aposentados. A gente está aqui presente para dialogar com vocês. Vamos fazer visitas aos gabinetes, estaremos conversando com todos vocês para tentar que vocês entendam que a revogação desse confisco é uma questão de justiça social na cidade de São Paulo.

- Assume a presidência o Sr. Dr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz) – Muito obrigado.

Próxima inscrita de forma virtual, Maria Filomena. (Pausa) Próxima, Raila de Souza Ferreira. (Pausa) Próxima, Haydée Paixão, dois minutos.

A SRA. HAYDÉE PAIXÃO – Olá, bom dia a todas e todos.

Cumprimento os Srs. Membros da Mesa, quem está aí presencialmente, todos que estão aqui virtualmente, como eu. Em razão de a covid ter se agravado, a gente está neste momento delicado, mas muito importante participar de mais esta audiência temática, hoje aí duas áreas, educação, esporte e lazer, duas áreas muito importantes para a juventude.

Eu venho representando essa pauta e a agenda da juventude pelo projeto Mude com Elas, cujo objetivo é promover a valorização e o acesso de jovens mulheres negras ao mercado de trabalho. A gente sabe que com a pandemia aumentou o número de jovens desempregados. Em especial, as jovens mulheres negras são as mais atingidas: 33% das mulheres negras desocupadas estão à procura de trabalho há dois anos ou mais. Esse foi o dado da pesquisa que a gente fez. Eu já cheguei até a distribuir em outras oportunidades para alguns parlamentares aí na Casa sobre a situação das jovens mulheres negras no mercado de trabalho.

A minha fala é no seguinte sentido: é importante que a Secretaria de Educação e a Secretaria de Esportes estejam pautem políticas públicas para a juventude de forma conjunta, dialogar. A gente não vê o diálogo entre as Secretarias. E o Poder Legislativo está aqui para fazer esse diálogo com o Poder Executivo para fazer valer as demandas da sociedade, fazer valer as demandas da juventude, as demandas do povo, as demandas da população que mais precisa das políticas pública estatais, no caso municipais. Então a gente está falando de jovens periféricos, de jovens negras, de jovens indígenas, de população deficiente. Por isso que é muito importante ter, inclusive, o intérprete de Libras aqui para possibilitar o acesso de todos.

Então a gente quer que a pauta da juventude seja uma pauta inteira, uma pauta

íntegra, em que as áreas de educação, saúde, transporte, lazer e esportes sejam subtemas dentro do grande tema que é juventude, porque a juventude é o futuro da nossa cidade, é o futuro do nosso país. Então a juventude precisa realmente ser pautada como prioridade para restabelecer as políticas públicas no orçamento municipal.

Agradeço a oportunidade. Em breve estarei com vocês presencialmente. Muito obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Haydée.

Josevaldo Batista do Nascimento.

O SR. JOSEVALDO BATISTA DO NASCIMENTO – Presente. Ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu fiz um teste aqui e não deu certo, Josevaldo. Você vai me aguardar três minutos. Rapper Pirata, presencial, para não descumprir a minha própria regra.

O SR. RAPPER PIRATA – Em nome do Jair Tatto, cumprimento os legisladores. Em nome dos funcionários da Câmara Municipal, cumprimento os funcionários públicos, que são poucos, efetivos. E contra o genocídio da juventude pobre, preta e periférica, cumprimento os cidadãos.

Só reforço que a gente está discutindo neste país, de novo, redução da maioria penal, e aí eu vejo as pessoas falarem “ah, os jovens, os jovens”. De que jovens vocês estão falando? De que vocês estão falando.

Ao Secretário da Educação, só reforçar: eu sei que vocês estão fazendo a discussão antirracista etc., mas tem uma Lei chamada 10.639 que obriga já uma cotinha(?) a cidade de São Paulo colocar no currículo as questões tanto indígenas como as questões pretas. Já era para estar no currículo. Não precisa ter formação, isso é obrigação curricular.

Mas eu quero reforçar umas paradas importantes, e aí já vai uma dica. Eu acho que a gente podia pegar outorga onerosa, e aí a gente pegar um desconto de 10% dela, que seja, para investir em esporte e educação, porque aumenta o orçamento, porque os caras

estão com muita grana, só que a gente não sente a grana perto da gente.

E aí o Esporte aumentou porque misturou com Lazer, é a Secretaria que tem o valor maior neste momento, que foi para 728 milhões de reais. E aí eu solicito para o Bolsa Atleta, porque aí é a resposta para resolver esse negócio dos jovens, porque falar que a gente está no crime é o maior boi. Então o que que eu quero reforçar aqui: que coloque lá dois milhões para 300 bolsas-atleta para o *break*, porque o *break* está nas Olimpíadas. É necessário investir no esporte olímpico na cidade de São Paulo, tanto no *break* como *skate*.

E também quero reforço no Centro Olímpico, que estão fazendo o Centro Olímpico. Se nós somos o *break* e é olímpico, tem que ter lá o esporte *break* lá dentro das olimpíadas, dentro do Centro Olímpico também, porque esse esporte, o *skate* e o *break*, que é do *hip hop*, tem uma parada mais essencial, é a ponta da periferia, é o acesso às pessoas, que vai gerar trabalho etc. etc.

E aí o Secretário de Educação, reforçando outra fita, tem o Mês do Hip Hop que a gente dialoga, aí eu não gosto de falar nos bastidores. Eu gostaria que a Cidade voltasse a ser uma cidade cidadã, onde vocês apresentassem isso aos cidadãos, dialogar com os cidadãos, porque a gente tem resposta para algumas coisas. Fica muito o discurso dos bastidores, mas tem um milhão de reais que é para investir no *hip hop*, para dar oficina etc. nos CEUs, nas redes. Isso não acontece e a gente não... E uma coisa é ser *rapper* e cantar *rap*, outra coisa é ensinar a fazer *hip hop*. Educação é uma coisa e a parte cultural é outra, e a cultura se funde na educação.

É só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, especialmente pela colaboração com o tema.

Josevaldo.

O SR. JOSEVALDO BATISTA DO NASCIMENTO – Oi, boa tarde. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, estamos ouvindo.

O SR. JOSEVALDO BATISTA DO NASCIMENTO – Agradeço pela oportunidade.

Já parabenizar a Secretaria Municipal de Esportes da cidade de São Paulo pela realização da Taça das Favelas. Estive lá na final que foi em Barueri. Foi um grande sucesso. Parabéns para a Secretaria pela realização desse evento.

E solicitar ao pessoal da Taça das Favelas que para o próximo ano os jogos tenham uma fase de grupo, porque a garotada se empenha muito para participar do jogo e é um jogo eliminatório, então o coração da garotada, de tanta ansiedade, fica meio partido. Eles não conseguem namorar tanto o evento em si. Mas parabéns pela realização.

Sobre os Jogos da Cidade, é lamentável como a Secretaria trata dos Jogos da Cidade. Eu não consegui saber aqui o valor que é gasto nos Jogos da Cidade, mas tinha previsão de 500 equipes participarem dos Jogos da Cidade, e somente 249 participaram. Existe algum erro na questão de burocracia ou alguma má vontade por parte da Secretaria.

Cito aqui um exemplo: das 32 subprefeituras, somente duas conseguiram atingir o limite de equipes, que são 16, a Sé e a Lapa. Na zona Leste, Itaim só teve 12 equipes inscritas. Como pode uma região grande como o Itaim ter somente 12 equipes inscritas nos Jogos da Cidade. Então precisa rever essa questão para que os Jogos da Cidade sejam de fato valorizados pela Secretaria, como outros eventos são valorizados aqui na cidade de São Paulo.

Outra questão que coloco para a Mesa, gostaria de saber se já foi colocado em pauta, não sei se o Secretário também sabe, a questão do custo de utilização dos Centros Esportivos. Com a chegada da grama sintética, os valores cobrados têm sido elevados e tem dificultado o acesso da grande maioria periférica na utilização desses espaços. Gostaria de saber da tabela, que a última que eu vi estava em 1,3 mil reais o teto de utilização desses centros esportivos. E a gente fica aqui com um pouco de indignação porque, afinal de contas, é dinheiro público que foi utilizado para a reforma e a gente está pagando o preço para utilizar esse espaço.

Fica aqui a minha colocação e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Josevaldo.

Olavo de Almeida Soares. (Pausa) Bom, as inscrições *on-line* estão encerradas. Mais três intervenções. Passamos ao Vereador Giannazi, à Vereadora Luna, e aí fazemos uma rodada de... Chegará no Sinpeem... Vou verificar se fica alguma entidade para trás.

Agora é o Igor, da Federação de Breaking, depois José Donizete.

O SR. IGOR ORSOLON – Bom dia a todas, todos e todes. Cumprimento os vereadores, secretários e munícipes.

Eu sou Presidente da Federação de Breaking do Estado de São Paulo e também hoje estou como Presidente da Confederação Nacional de Breaking Desportivo. Sou da cidade de São Paulo, sou do Município. Pratico o *breaking* há 23 anos, comecei nos CEUs, comecei em espaços públicos e até na rua.

Muita gente não sabe que o *breaking* está nas Olimpíadas. O *breaking* virou esporte desde 2017 e está nas Olimpíadas desde 2021, que ele entrou na grade olímpica. O mundo todo está se movimentando, está fazendo todo um trabalho e o Brasil ainda está um pouco parado. Acredito que São Paulo seja praticamente o celeiro dos atletas.

Então venho hoje aqui para reivindicar o aumento do orçamento, principalmente nos pontos que o próprio Secretário Cacá falou, que era a questão do Bola Atleta, para ser incluído pelo menos uma parte dos atletas do *breaking*, o orçamento para o Centro Olímpico e também parte de reforma para os espaços que têm dentro dos centros olímpicos, que não comportam ainda essa questão da modalidade.

Acredito eu que, hoje, com a parte da Olimpíada, colocaram o *breaking* como questão dos jovens, porque não havia jovens nas olimpíadas, eles estavam se perdendo. O *breaking*, o *skate*, a escalada e o *surf* foram incluídos por conta desse ponto. Acredito que São Paulo possa ser a primeira cidade do Brasil a começar isso.

Hoje, a gente vai inaugurar um centro de treinamento no Capão Redondo, na estação. Essa é uma concessão que foi feita para a nossa entidade, para 20 anos, todo o financiamento é privado. Não tem apoio do Governo. Vai ser inaugurado em abril.

Esse é um ponto. É um trabalho feito junto com o Pirata, que é uma das pessoas que nos ajuda em todo esse processo e não tem nenhum apoio das Secretarias, da Prefeitura, do Estado, de nada. É isso. Quando a gente quer fazer, a gente faz. O Bruno é uma pessoa que está nas mesmas condições que a gente. Acho que é isso.

Só dar uma olhadinha para o *breaking*, para o *skate*, porque na hora que ganha Olimpíada todo mundo fala que apoiou. A gente precisa, realmente, apoiar para falar que estava lá e que ajudou de verdade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. José Donizete Fernandes, do Sinpeem. Em seguida, o Sr. Fabio Siqueira. Do Sinpeem já falaram várias pessoas, eu queria propor uma troca.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vai falar, eu só queria ouvir as entidades, fugindo à ordem, que não falaram, para a gente ter a primeira rodada e sermos justos. Se não concordarem também está feita, a ordem eu vou respeitar. É uma sugestão. Vamos lá.

O SR. JOSÉ DONIZETE FERNANDES - Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Vereador Jair Tatto, na pessoa de quem cumprimento todos os Vereadores e a Vereadora. Cumprimento o Secretário Padula, em especial, porque eu sou o Donizete da Diretoria do Sinpeem.

Também quero dizer que é uma audiência pública, portanto, aqueles que estão inscritos precisam falar. Corretamente aqui é a Casa do Povo. (Palmas) Entendo que o Presidente não quis dizer isso, mas aqui é a Casa do Povo.

Quero começar dizendo que o orçamento da cidade de São Paulo - aqui nós estamos discutindo o orçamento, dinheiro, financiamento - tem crescido de maneira estratosférica. O ISS tem subido, o IPTU cresce de maneira bastante expressiva, o setor imobiliário, na cidade de São Paulo, todos podem ter na sua vista, cresce de maneira vertiginosa. Portanto, os recursos para o orçamento são bastante expressivos.

Me preocupa, profundamente, quando estamos discutindo verbas de manutenção

de desenvolvimento do ensino, os 25% da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, que há 5 bilhões de reais represados na Secretaria Municipal da Educação. E aí é o que nós estamos colocando aqui?

O Secretário disse muito bem da grandiosidade da rede, nos números que ele colocou aqui. Mas ele esqueceu fantásticamente de elaborar sobre os profissionais que trabalham nessa rede. Há um grau de adoecimento enorme na categoria dos profissionais da educação. Muito em função da pandemia e muito das condições de trabalho que são péssimas.

Muitas crianças por educador, tanto EMEI, quanto em CEI, quando a EMEF, e o EMEIEF. Isso é possível resolver aplicando a lei que a Câmara criou, uma lei de proteção à saúde mental e física, especialmente dos profissionais da educação que lá prestam serviço para a população da cidade de São Paulo.

Mas eu também quero dizer que o orçamento previdenciário da cidade de São Paulo deu um salto gigantesco. Aquilo que o Governo Nunes dizia aqui que havia um rombo na Previdência não se efetivou, ao contrário. O Vereador Arselino Tatto dizia agora, no começo do ano, que há verba sobrando e a declaração do Secretário – e do Jair - dizendo que há cinco bilhões represados que não são possíveis de serem executados até o final do ano.

A pergunta é: onde é que a Administração vai aplicar esses recursos? Poderia aplicar na melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, no esporte, ampliando as possibilidades de acesso e permanência nos equipamentos públicos da cidade, entretanto a Administração represa esses recursos.

Pode também corrigir um erro fundamental, cometido pelo Governo Federal, Governo Bolsonaro, cometido lá no Estado de taxar, confiscar, a partir de R\$ 1.200,00, qualquer servidor acima desse valor quando o teto do INSS é de R\$ 7.100,00. A Assembleia Legislativa fez justiça e acabou com esse confisco.

Aqui na Prefeitura de São Paulo, nós também estamos enfrentando essa

discussão. O empobrecimento dos servidores públicos...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Donizete, por favor.

O SR. JOSÉ DONIZETE FERNANDES - ...com relação ao confisco dos seus vencimentos.

Por último, concluindo, há recursos no orçamento da cidade de São Paulo para que, no ano que vem, diferentemente de todos os governos, desde Kassab, se implemente a incorporação dos pisos aos padrões de vencimento. Porque, por ora, esses valores de piso não se incorporam para aposentadoria, não se incorporam para a carreira.

Então o que o Sinpeem está reivindicando é que conste no orçamento geral da cidade de São Paulo a incorporação dos pisos aos padrões de vencimento da categoria para preservar as condições de vida e de trabalho no chão da escola.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Donizete. Tem a palavra o Sr. Fabio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Bom dia, estimada população paulistana. Bom dia, Srs. Vereadores Celso, Luna, Jair, Sidney, Srs. Secretários Fernando e Carlos.

A questão educacional é muito séria em São Paulo, haja vista que é o maior orçamento, orçamento de $\frac{1}{4}$ do dinheiro. Então, grosso modo, de 100 bilhões, 25 para a educação. É muito dinheiro. A educação, na capital paulista, tinha de estar em nível suíço, norueguês. (Palmas) Mas não está.

Haja vista que o Tribunal de Contas nos revela, no ano passado, o Vereador Jair já disse, mas é importante ler o que ele fala textualmente. “A Prefeitura de São Paulo não atingiu o mínimo constitucional 25% em aplicação e manutenção no desenvolvimento do ensino pelo Município de São Paulo.” – Isso em 21, no ano passado. – “Conforme publicação pela Prefeitura, o percentual de aplicação do MDE, para 21, foi 25,43%, divergindo do valor apurado pela auditoria do TCM, que, após exclusões efetuadas, atingiu percentual de apenas 22,69%.”

Então, Secretário Padula, é 22,7 ou 25,4%? Porque se for menos o senhor não atingiu o artigo 212 da Constituição Federal de 88. Isso é muito grave. Não cabe exceção pandêmica e, por isso aí, corre até o risco de o Prefeito Ricardo Nunes ter suas contas rejeitadas e acontecer como Rodrigo Garcia, perder a eleição, devolveu o confisco do nefasto João Doria Jr, também derrotado por vocês. O Ricardo tem de perder a eleição em 24 para devolver o dinheiro de vocês? Tomara que perca, mesmo. É um péssimo prefeito. É verdade, por tudo o que foi falado aqui. (Palmas)

Vamos falar, então, para provar essa questão. Vamos dar os dados corretos. Alfabetização da Idade Certa. No ano passado, foram liquidados, apenas, quatro milhões. Neste ano, subiu para oito, mas o orçamento é de 51 bilhões. É muito pouco o que se gasta para Alfabetização da Idade Certa, 14% até outubro.

Uniforme e material escolar. No ano passado, dotação 28.16, nada executado. Neste ano, só executaram um milhão, num universo de 260 milhões de reais. O que está acontecendo com a questão do uniforme? Será que vão repetir a mesma irregularidade da Gestão Kassab e do péssimo Secretário Alexandre Schneider, que nem pôs nome de teatro e de biblioteca nos CEUs até hoje. Quase 20 anos depois há CEU que não tem nome. Biblioteca, qual o nome? Não tem. Teatro, qual o nome? Não tem. Não é uma vergonha para a cidade de São Paulo essa questão educacional e cultural?

UniCEU, neste ano, executou 5 mil reais. Será que esse UniCEU virou motivo de esmola? De óbulo?

- Orador se refere à imagem, diante de si, do educador que menciona.

O SR. FABIO SIQUEIRA - São José de Anchieta que está ali, o pai da educação, o pai da cultura, o pai do teatro brasileiro, perdoe essas pessoas que não executam dinheiro da educação brasileira, paulista e paulistana. (Palmas) Numa cidade como São Paulo que está lá o Apóstolo do Brasil da educação de Jesus Cristo.

A educação indígena, como já foi falado aqui, outro motivo de esmola. Desrespeitam o indígena da cidade. No ano passado executaram 2 mil reais, neste ano, se

executaram, não chegaram a nove mil reais.

O índio precisa de política pública, não de esmola. Os três CEUS, dois em Parelheiros e um no Jaraguá, são equipamentos importantes que deveriam ser ampliados. Por esse dinheiro, não vão ser nunca.

Mova, 87 mil no ano passado, nada executado. Neste ano, nada executado. A dotação 28.29 é uma dotação fantasma? Não se executa nunca?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor, Fabio.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Jovens e Adultos, aliás hoje vai ter um exemplo aí. SNDE, também nada executado, nem no ano passado, nem neste, 28.74.

Bolsa Primeira Infância. Nada executado.

EMEI, nada executado.

CEU, eu duvido que sairão CEUs, porque a dotação, neste ano, 253 milhões nada foi executado.

Educação Integral, mínimo executado.

Conferência de Educação, ano passado, nada; neste ano, nada. Quando será a próxima conferência?

O Conselho da Educação, é fantasma? E o Conselho do Esporte, é fantasma?

Fundo Municipal do Esporte, nada executado.

Rua de Lazer, saiu da sua Secretaria, Sr. Carlos? Nada foi executado.

Conselho Municipal do Esporte, nada executado.

Centro Olímpico, reforma, nada executado.

COTPE, nada executado.

Por fim, nós perdemos no ano passado o herói do esporte brasileiro, o Eder Jofre. Um homem conhecido no mundo inteiro. O Prefeito não decretou nem luto oficial. Ele nasceu no Parque Peruche, um paulistano emérito. Parem de desrespeitar o esporte brasileiro.

Viva Eder Jofre que nos perdoe esse desrespeito do Sr. Ricardo Nunes.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sinpeem falou, claro. Tem mais inscritos. Sindsep falou, tem mais inscritos. Quem não falou ainda foi o Sedin, *okay*? Permitam alguém do Sedin? Depois Celso. Na ordem de inscrição do Sedin temos a Joelia, última inscrita. Acho que só tem a Joelia pelo Sedin, é isso mesmo? Importante ouvir. Vocês concordam?

Eu não sei como foi aqui? Na ordem, seria Letícia.

A SRA. JOELIA AGUIAR – Então, eu me inscrevi e pedi para falar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Em seguida você fala.

A SRA. JOELIA AGUIAR – Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar na pessoa do Sr. Jair todos os Vereadores e Secretários, todos os companheiros e companheiras presentes.

Na Peça Orçamentária, no que se refere à educação, os 25%, do artigo 212, da Constituição, nós sabemos que todo valor direcionado à educação não foi utilizado no ano de 2022. Eu gostaria de colocar aqui, para o Sr. Secretário, mesmo que o projeto de lei do Executivo 428, que veio tratar do assunto dos reajustes salariais, no padrão de salário dos trabalhadores da educação, veio em forma de abono complementar.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Sr. Padula: para o ano de 2023, os 32% que trata do projeto de lei 428, se esses valores serão incorporados em todos os padrões de salário de todas as carreiras dos trabalhadores da rede pública municipal da educação.

Ele apresentou um *slide* também que falou sobre ciclo, verba de formação para a rede direta da Prefeitura, sobre os ciclos. Eu gostaria de lembrar ao Sr. Secretário, que a educação infantil, o CEI, não é dividido em ciclo.

Eu também gostaria de perguntar para ele se haverá verba de formação para os trabalhadores da educação infantil, da rede direta. Se essa verba será direcionada para a educação infantil, para as crianças, para passeio e pagar o transporte. Porque quando saímos com as crianças do Centro de Educação Infantil, nós não temos essa verba. Eu gostaria saber se isso vai ser estendido aos CEIs diretos.

Fora isso, ainda tem um pedido para o Sr. Secretário. Nós queremos saber

também se no ano de 2023 haverá edital de concurso público para rede direta de CEI, porque o último concurso foi em 2015, ainda que pese a criação de 610 cargos, falta professor na rede direta. Eu gostaria saber se será destinado, no ano de 2023, concurso público para rede direta da educação infantil.

Complementando o que alguns companheiros já colocaram da reforma da Previdência, eu quero deixar claro porque o Sedin esteve aqui nesta Tribuna, várias vezes, falando a respeito do confisco de salário de quem já não tem mais força para trabalhar e precisa se alimentar, precisa de remédio. A Prefeitura de São Paulo jogou essas pessoas na sarjeta, os aposentados, descontando 14% de quem ganha um salário mínimo.

Eu gostaria de saber, não só do Secretário, mas desta Casa, esse projeto passou aqui, se haverá no orçamento da Prefeitura de São Paulo - eu gostaria de pedir que fosse retroativa -, a devolução do salário dos aposentados que não têm mais força para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Você conclui para mim, Joelia, por gentileza.

A SRA. JOELIA AGUIAR – Vou concluir, Sr. Vereador.

Então, Sr. Secretário, eu gostaria de saber se esses 32% serão incorporados em todas as tabelas de padrão de salário dos trabalhadores da educação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Joelia.

Tem a palavra a Sra. Letícia Grisólio Dias. Em seguida, a Vereadora Luana, o Vereador Celso Giannazi.

A SRA. LETÍCIA GRISÓLIO DIAS – Bom dia a todas as pessoas presentes, em formato remoto e presencial. Me dirijo ao Secretário Padula, sou Letícia, Supervisora Escolar, dirigente do Sinesp. Como o senhor apresentou números estratosféricos, acho que é importante a gente falar de outros números que não foram citados, como recursos humanos de apoio à educação. A gente não pode falar de educação de qualidade sem as pessoas que estão no suporte. Não dá para pensar numa educação de qualidade, com três postos de limpeza em unidades que funcionam das sete da manhã até às 11 horas da noite,

Os contratos de limpeza preveem o mínimo de três postos de funcionários. No

entanto, esses contratos são regidos pelo mínimo, alguém está ganhando e a escola está perdendo com essa oferta de trabalho.

O Sinesp defende o provimento de cargos, através de concurso público. Porém a Prefeitura tem trabalhado com contratos de terceirização desses serviços. Nós estamos aguardando, há bastante tempo, uma revisão desses contratos de limpeza, para que essas unidades sejam atendidas na qualidade que elas merecem, principalmente porque não saímos da pandemia e estamos retomando o uso das máscaras e o uso dos protocolos dentro das unidades – e não dá para aceitar três pessoas garantindo a limpeza de todos os espaços.

Outro problema muito sério que a escola, sozinha, na figura dos seus gestores educacionais, não consegue resolver, mesmo com os valores enviados por meio do PTRF, é a questão da acessibilidade predial. Como é que eu garanto acesso e permanência de estudantes com deficiência física em prédios, como a minha parceira Janete falou, de 50 ou 60 anos, que não comportam elevadores? Para a construção de uma rampa de acesso, existem processos na SME há mais de cinco anos, aguardando a visita de engenheiro. Eu falo isso porque eu fui diretora de uma dessas unidades, em que até hoje os estudantes não conseguem acessar a quadra para fazer direito a aula de educação física.

Há outro ponto que é bastante complexo e sabemos disso. O Secretário falou dos números de profissionais de educação, do número de educadores. Porém, a Portaria 7.779, de 2017, trouxe uma redução dos quadros de módulo CJ nas unidades e volto a falar da pandemia. Com um tanto de licenças médicas por conta da própria Covid, as unidades estão sem profissionais para oferecer aquela aula, aquele atendimento de qualidade, aos bebês, às crianças e aos adolescentes. O Secretário falou, também, da construção de novos prédios para oferta de atendimento às CEIs, EMEIs e EMEFs. Aí, deixo uma pergunta: esses CEIs serão de gestão direta ou serão prédios públicos, que serão entregues para as Organizações Sociais?

Não poderia deixar de dizer que faço parte do Conselho Deliberativo do Iprem, em que estudamos as contas, e, todas as vezes em que entregamos prédio público e atendimento

de serviço público à terceirização, perdemos. Em um espaço de três anos, tivemos duas reformas da Previdência. Quantas mais teremos, para a entrega dessa terceirização do serviço público?

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vamos lá. Acho que vai ficar melhor do que eu imaginava. Sr. Ivan Ferreira, do Movimento Caravana da Educação?

Eu tinha dito Sedin, viu? Só vou fazer uma correção. O senhor é do Sinesp.

O SR. IVAN FERREIRA SANTOS DE CARVALHO – Vou tirar a máscara porque, às vezes, acontecem algumas coisas na Câmara Municipal que são inexplicáveis.

Como foi apresentado pelo Presidente Jair Tatto, meu nome é Ivan. Eu sou do Movimento Caravana da Educação e também vinculado ao gabinete do Vereador Professor Toninho Vespoli, que teve de indicar várias das coisas que o Padula colocou como feito da Secretaria Municipal de Educação, inclusive a redução para um quilômetro e meio. Foi PL do Vereador Professor Toninho Vespoli.

Aproveito para me solidarizar com toda a luta. Sou filiado em mais de um sindicato presente. Acredito que temos de fazer algo muito melhor do que o estado fez, porque o que aconteceu no estado foi que o Carlos Giannazi estava lutando há alguns anos. Está aqui o irmão dele, o Vereador Celso Giannazi, para não me deixar mentir. Aí, por conta de o Rodrigo ter perdido a eleição, eles fizeram um acordo e já passaram – contudo, sem o retroativo, como muito bem lembrou a Joelia. Então, o acordo no estado foi muito ruim. Nós temos de ganhar isso, o confisco. A Secretaria Municipal de Educação já sabe, Padula, que, se vocês não fizerem isso, vocês vão perder na Justiça. Então, vai ser muito pior para vocês. Fica a dica.

Aí, menciono algo específico, porque se falou muito, aqui, sobre obras, em números até pífios, se formos reparar, gente. O Vereador Jair Tatto lembrou que há cinco bilhões para serem executados até dezembro. Não é, Vereador? É um negócio assim: estamos morrendo no chão da escola e somos lembrados de que há cinco bilhões parados em caixa. Isso é algo surreal.

Então, vou falar de outra EMEI. Tivemos de avançar, lá, com o mandato e com o Movimento Caravana da Educação. É a EMEI Jardim Maria Luiza, na DRE Santo Amaro. O pessoal que é da luta sindical sabe muito bem que o mandato teve de entrar no TCM e no Ministério Público e comprovar que havia um “laranja” tirando 30 mil todo mês. O aluguel que a Prefeitura pagava era de 80 mil. Ficavam 50 mil com o proprietário e o “laranja” tirava 30 mil todo mês, na EMEI Jardim Maria Luiza. Então, isso nos é muito preocupante.

Os Vereadores Dr. Sidney Cruz e Celso Giannazi estão presentes. Foram, também, à outra EMEI que eu vou citar, na DRE Santo Amaro. A zona Sul é zona *show*. É a EMEI Rosa Maria Dogo de Resende. Eu olho para vocês e a cara até treme um pouco para falar, porque, nos números da Siurb, Secretário, vocês vão falar que deram um milhão e meio para a reforma da caixa-d’água, mas quem conhece a EMEI Rosa Maria Dogo de Resende – podem levantar a mão, para eu ter uma ciência – sabe do que acontece ali, no Jardim Ubirajara. Quem está segurando o território, quem está segurando equipamento público – para bom entendedor, pingo é letra –, são os “disciplinas” da região. Por quê? Porque a direção foi encostada no CEU Alvarenga. As professoras estão em salas precárias, nas quadras do CEU Alvarenga, e agora todo mundo pediu remoção.

Há dúvida e não é só o Movimento Caravana da Educação que quer saber, Secretário, mas toda a gestão, bem como o próprio mandato do Vereador Professor Toninho Vespoli. Vocês abandonaram esse espaço público. Vocês vão fazer uma reforma, que vai gastar, provavelmente... Se foi um milhão e meio só para a reforma da caixa-d’água – e agora o prédio está totalmente deteriorado –, vão ser de cinco a oito milhões para a construção dessa unidade no Jardim Ubirajara. Ou vocês vão fazer outro espaço, outro equipamento público, naquela região? Porque a conversa que o Vereador Professor Toninho Vespoli escutou dos moradores – e eu estive presente, com ele, lá – foi de que a população vai pegar aquilo ali para fazer moradia se o estado não usar o que tem de fazer. O Vereador Dr. Sidney Cruz é da região e sabe, também, porque já conversou, lá, com a direção.

É uma falta de respeito com o dinheiro público o que acontece nesta Casa.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acho que vai dar para concluir as falas. Vamos lá.

O Líder está me ligando e eu vou pedir ao Rogério para subir até a bancada, por gentileza, para me representar.

Já foram a Sra. Michele Rosa e o Sr. Fabio? Sr. Oelton Cardoso? São quatro. Sra. Michele? Vai dar para concluir as falas todas.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MICHELE ROSA – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento os Vereadores e Vereadoras, os Secretários e todos os que nos acompanham, especialmente as pessoas da educação e também do esporte.

Pessoal, quero reiterar a questão do confisco que tem sido feito aos aposentados, porque, como os que me antecederam disseram, para além de terem o índice diferenciado, que eram 11% e passaram para 14%, era aplicado sobre o teto e passou para o piso, devemos lembrar que a Lei 173, do Presidente Bolsonaro, também impossibilitou aumentos salariais nos anos de 2020 e 2021. Portanto, as pessoas ficaram sem aumento e ainda tiveram confiscados os seus salários. Na prática, muitos dos servidores aposentados deixaram de ter possibilidade de comprar alimentos, de pagar contas básicas como água e luz, porque tiveram esse aumento muito significativo. Então, o Sinpeem reitera a necessidade da revogação dessa decisão que foi aprovada por esta Casa, uma decisão que não conversa com as necessidades, especialmente em um momento em que a inflação é galopante.

Dito isso, assusta sabermos que cinco bilhões ainda não foram gastos e estamos a pouco mais de um mês para encerrar o ano letivo. Sim, as escolas têm muitas deficiências. Considerando também esse período pandêmico que obrigou as aulas a ficar no estilo remoto, precisamos dizer que nós temos um compromisso, como estado, de recuperar as

aprendizagens dessas crianças, desses jovens e desses adultos. Especialmente, os adultos que já tiveram a educação negada na idade certa agora voltam a ter o seu direito negado.

Então, é importante dizermos que educação de qualidade precisa de alguns pontos fundamentais, entre eles, a valorização profissional. Por isso, o Sinpeem defende JEIF para todos aqueles que por ela optarem. É urgente que tenhamos a aprovação da JEIF para todos. Sem professor na escola, não há educação. É impossível. Também é importante aumentar os módulos, todos os módulos. Nós temos Cemeis, por exemplo, em que temos apenas uma coordenadora e 120 professores e outros profissionais. Assim, é impossível fazer um trabalho de formação com excelência. Nós precisamos de ampliação do quadro de apoio. Nós precisamos, de forma urgente, de concurso para o quadro de apoio.

Só assim, teremos o fim desses contratos com essas empresas, que, na prática, nada mais são do que dinheiro público aberto para o privado. (Palmas) Quem trabalha na escola está em condições, praticamente, de escravidão e aqui eu quero abrir parênteses importantes: essas empresas mudam muito frequentemente. Com isso, as pessoas são dispensadas e contratadas pela nova empresa, o que lhes nega, inclusive, os direitos trabalhistas. Isso é grave e precisa ser revisto por esta Administração. Por isso: concurso; JEIF para todos; revogação dos salários.

Por fim, com cinco bilhões, é possível rever o decreto do PDE que foi publicado em março e que está penalizando especialmente aqueles que adoeceram, inclusive, por Covid-19, quando pegam na escola. Vão perder o PDE. Por favor, Secretário Padula, republique esse decreto e, por favor, pague os nossos profissionais como forma de reconhecimento pelo trabalho excelente que prestam à nossa sociedade.

Obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Dr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz) – Muito obrigado.

O próximo inscrito é o Sr. Oelton Cardoso. Tem três minutos, por gentileza.

O SR. OELTON CARDOSO – Bom dia a todos e a todas.

Saúdo a Mesa. Saúdo todos os presentes e todo mundo que está *on-line*, também. Sou Oelton, diretor do Sinpeem, e venho falar ao Secretário que, quando passou, em agosto, a nossa campanha salarial, ele falou em valorização. Que valorização é essa, confiscando o salário? Então, tem que acabar com esse confisco e isso não valoriza nada.

Outra coisa é que, depois de anos e anos, nós saímos de uma campanha salarial sem as nossas datas de incorporação do piso. (Palmas) Então, nós precisamos ter a incorporação do piso, para ter essa valorização, como foi feito desde 2008. Desde 2008, vinha subindo o piso e depois vinha a incorporação. Na época, o Secretário falou que era para valorizar quem estava entrando, porque não tinha gente querendo entrar. Pois eu falo para o Secretário que nós estamos no chão da escola e vai começar a sair quem está há mais tempo, porque quem está há mais tempo, sem incorporação, com o achatamento do salário, não pretende ficar mais na rede. É disso que nós estamos falando. É de adoecimento da carreira. É de pessoas saindo da rede, porque não têm essa valorização de que tanto falam. Tanto os Secretários, quando vêm aqui, falam que vão valorizar a nossa carreira, como os Vereadores falam que vão valorizar – e, no fundo, no fundo, não há valorização nenhuma. Não se pensa em quem está lá, no chão da escola. Não se está pensando nisso.

Essa lei da aposentadoria, da Previdência, veio para principalmente atacar mulheres. Aumentou em sete anos o trabalho da mulher, enquanto o do homem foi cinco. Ataca idosos, quando confisca o seu salário. Vinha à rede, dizendo que o idoso não pagava a Previdência. Paga a Previdência, mas pagava acima do teto e agora paga acima do salário mínimo. Isso é um confisco. O salário já é achatado, porque, quando você aposenta, você já tem algumas perdas. Além disso, vem esse confisco. Há aposentado que não consegue nem comprar mais remédio. Tudo sobe e o salário vem sendo achatado.

Então, eu peço para o Secretário repensar muito seriamente o confisco dos aposentados e a incorporação para todo mundo, já.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz) – Muito obrigado.

A próxima inscrita é a Sra. Márcia Fonseca. Tem três minutos.

A SRA. MÁRCIA FONSECA SIMÕES – Boa tarde a todos e a todas, à Mesa, aos Vereadores, aos Secretários. Eu sou Márcia, representando o Conselho de Alimentação Escolar. Também sou diretora de escola e dirigente do Sinesp. Trago aqui a preocupação do Conselho de Alimentação Escolar, dos educadores e das famílias sobre o cumprimento da legislação municipal e federal.

Quanto à municipal, é no que tange à Lei dos Orgânicos, que diz que todas as crianças da cidade de São Paulo devem ter uma alimentação oriunda da agricultura familiar ou orgânica até 2026 – e por todas, entendam-se todas as crianças das 13 diretorias. Nós temos um problema com as 10 DREs que têm um sistema de terceirização total da alimentação escolar. Os contratos estão, inclusive, em negociação, em mudança, e não está claro o cumprimento dessa lei. Entendemos que toda criança tem de ser respeitada. A lei é para todos.

Em relação à legislação federal, em maio de 2020, a Resolução 6 trouxe a retirada de todos os alimentos ultra processados da alimentação escolar dos bebês e das crianças pequenas, assim como a diminuição, a restrição de açúcar e de sal. O problema é que nós – aí, falo como educadora – precisamos de orientação, não só de alimentos para substituir com qualidade, como orientação para fazê-lo de forma correta, porque, senão, a criança simplesmente não come. Então, estamos pedindo esse olhar para essas duas regulamentações, com a formação, com a conversa conosco, educadores.

Quero aproveitar a fala do Ivan. Eu sou da região de Santo Amaro. Sou do Crece de Santo Amaro, o conselho de representantes de escolas da região. Infelizmente, o espaço da EMEI Rosa Dogo já está sendo ocupado, porque a situação está muito complicada. Então, as famílias que precisam estão utilizando esse espaço. Também temos um problema com a EMEI Cora Coralina e a EMEI Maria Luiza. Pelo que fomos informados pelos pais, a EMEI Cora Coralina está ocupando um espaço, ali, na região, e uma segunda EMEI iria para o mesmo prédio. Como educadores e pais, entendemos que isso é complicado.

Terminando a minha fala, para não me prolongar, os gestores da região – e imagino que isso não seja só na região de Santo Amaro – têm reclamado das coberturas das quadras das EMEFs. Então, o projeto, infelizmente, está com muitos problemas. Os gestores têm repassado para as diretorias regionais. O caso de Santo Amaro eu posso afirmar. Então, também precisamos desse olhar.

Lembro a fala do Secretário Carlos. Eu gostei bastante quando ele disse que a saúde está de fato nessa Secretaria de Esporte. Eu diria também que está na educação, porque a criança que se alimenta melhor vai aprender melhor. Vai ter uma saúde, de fato, melhor. Então, alimentação escolar perpassa tudo isso.

Está bom? Obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Secretário, o nosso querido companheiro Maciel está com Covid, não é? É o nosso companheiro do Sindsep. Ele pergunta sobre a verba para as conferências regionais e municipal. Era, em 2022, de dois milhões e 200 mil e caiu para 900 mil. É isso? Foi a Sheila que trouxe isso. Fica esta pergunta objetiva, ok?

Bom, conseguimos concluir, fazendo com que todos falassem, invertendo e revertendo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Qual é o seu nome? Ah, Sr. Eric? Perdão. É o último e derradeiro. Em seguida, serão a Sra. Luna e o Vereador Celso Giannazi. Haverá, então, as respostas e considerações dos Secretários.

O SR. ERIC SILVA – Boa tarde. Antes de mais nada, acho que é importante saudar todas as profissionais e os profissionais da educação que estão aqui. (Palmas)

Parece que todo mundo que sobe a esta tribuna e está no cargo de Secretário desenha o mundo de Oz, pensando que não temos coração, mente e coragem, mas é um povo de coragem, aqui.

Primeiramente, Sr. Secretário Padula, existe formação antirracista para professores e demais profissionais da educação. Legal, mas me parece que não está dando muito certo, porque recebemos todos os dias uma série de denúncias de racismo em escolas públicas, principalmente da rede municipal. Há suásticas desenhadas. Aqui, um colega falou sobre a Lei 10.639. Parece que não existe uma educação antirracista, debatendo com realmente quem está na ponta, quem sofre o racismo. Existe uma dificuldade enorme de falar de antirracismo nas escolas das redes municipais.

Segundo, ao Sr. Secretário de Esportes, Cacá, não vi nenhuma dotação que contempla a população idosa da cidade, já que a atenção primária é sua especialidade, como o senhor mesmo mencionou, quando a gente fala de periferia menos ainda. Temos pouca interação com a questão das ruas de lazer. Vimos aqui, o colega exemplificou, nenhuma dotação colocada para as ruas de lazer. Então, existe uma questão que precisamos fiscalizar. E aqui uma polêmica: aqueles aparelhos ao ar livre que só prestam para lesionar as pessoas e enferrujar na cidade de São Paulo, o que a população idosa precisa, Sr. Secretário, é de respeito, precisamos de academia popular pública e com profissionais acompanhando. Eu tenho certeza que isso vai economizar bilhões da saúde.

Terceiro: concurso para professor de educação física bacharéis, não existe há anos, tem professores que ganham 12 reais hora/aula, eu sou professor de educação física e já ganhei 12 reais a hora/aula, isso é inadmissível para quem estuda tanto, é uma categoria esquecida é superimportante para fazer a revolução na saúde.

Quatro: nos centros esportivos temos exemplos de uma parceria público privada que só beneficia o privado, o exemplo mais clássico é o NAR, Núcleo de Auto Rendimento, que fica ali em Santo Amaro, Jorge Bruder, é um oásis do lado de um deserto, olhamos o NAR e existe uma baita de uma estrutura e as dotações para o Centro Esportivo de Santo Amaro está a zero.

Cinco: para finalizar, como alguns companheiros e companheiras disseram aqui, como alguns trabalhadores e trabalhadoras, os CDCs, que sabemos muito bem que estão

aparelhados. Quem é de quebrada está ligado no que eu estou falando, sabe do que eu estou falando, tem CDC que cobra até 1.000 reais para time jogar e aquela isenção da taxa é uma lenda. Quem fiscaliza isso corre risco de morte, então acho que a gente precisa entender que existe uma máfia também nos CDCs da cidade de São Paulo e temos que estar aqui para poder falar.

Quero agradecer porque já me inscrevi cinco vezes em reuniões aqui de audiência da LOA é a primeira vez que eu estou falando. Estamos aqui na luta, é nós.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Permitam-me, eu preciso agradecer aqui a Amanda e o Wallace, que são os nossos intérpretes de libras. Passo a palavra para a nossa querida futura Vereadora Luna Zarattini

A SRA. LUNA ZARATTINI – Boa tarde a todos e todas.

Quero saudar os Secretários presentes, saudar aqui meus companheiros Vereadores, em especial, ou Vereador Jair Tatto, mas principalmente saudar vocês, que nunca arredaram o pé da luta, então, os profissionais da educação.

Eu me chamo Luna Zarattini, vou assumir em março, dia 15 de março do ano que vem. Sou cientista social, advogada, educadora popular, coordeno a rede de cursinhos populares Elza Soares, que tem atuação nas periferias.

E queria dizer que, apesar dessa formação que eu tenho, a maior formação que eu tive foi na luta, na mobilização, quando a gente estava lutando contra a reforma da Previdência Municipal, quando a gente estava fazendo a luta nas escolas, a luta nas universidades. Então, dizer que eu estou com vocês, que estou à disposição para essa luta e que a educação é uma pauta muito cara a mim, ao coletivo que eu faço parte, justamente porque eu acredito que a educação transforma não só o mundo, mas as pessoas.

Acho que é inaceitável a situação que estamos tendo agora na nossa cidade, em que temos uma série de problemas e precisamos de muito investimento em educação, principalmente, pós pandemia, que sabemos que não houve a valorização dos professores. Teve uma evasão escolar gigantesca nas universidades e nas escolas e que sabemos que os

jovens deixam de querer continuar estudando, ou porque tem que ajudar em casa, trabalhar, várias situações, ou não tem estímulo para estar na escola e depois na universidade.

Então, eu quero fazer essa luta com vocês, estou à disposição, e espero que consigamos também fazer cumprir a Constituição, os cinco bilhões, que a Prefeitura faça o que é preciso ser feito.

Obrigada, é um prazer poder conhecer vocês. Espero que a gente se veja por muito tempo nesses dois anos que eu terei de mandato agora assumindo a suplência. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Luna.

Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o nosso Presidente da Comissão de Finanças e orçamento, Jair Tatto, nossa futura Vereadora, Luna, o Vereador Sidney Cruz, cumprimentar os Secretários presentes, Secretário Padula, da educação; Secretário, Cacá, dos esportes, e dizer para vocês presentes e para as pessoas que estão *on-line* que é muito importante que a gente venha a essa audiência pública falar um pouco dos números da Secretaria Municipal de Educação, a principal pasta da Prefeitura de São Paulo, a maior pasta do Orçamento, que estamos chegando na casa dos 100 bilhões de reais e a Secretaria Municipal de Educação terá quase 20 bilhões de reais.

Então, falar um pouco das demandas que são infinitas, temos de ter uma gestão própria desse recurso. O Vereador Sidney Cruz vai ter um trabalho hercúleo de contemplar as nossas demandas para colocar nesse Orçamento.

Mas, eu gostaria de fazer alguns apontamentos bem rapidamente, são muitos, mas farei poucos porque aqui muito já foi falado, gostaria de falar para o Cacá, o Secretário de Esportes para fazer um apelo para ter a sensibilidade, estamos tratando de alguns problemas na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, então vou poupá-lo agora de dadas perguntas, mas que tenha a sensibilidade de dialogarmos melhor com o segmento do Mané

Garrincha, da apropriação dos idosos que praticam esporte naquela região, Cacá, que você tenha acessibilidade para voltarmos a conversar.

Com o Secretário Padula temos mais questionamentos, Secretário. Estamos com esse orçamento para 2023 na casa de 20 bilhões de reais aproximadamente e temos inúmeros problemas que precisamos resolver. Um desses problemas, inclusive teremos hoje na Câmara Municipal uma audiência pública, pedida pela Comissão de Educação, que trata da EJA, Educação de Jovens e Adultos. Estamos assistindo um desmonte total da EJA na cidade de São Paulo nas 13 DREs, Secretário Padula. Parece que há um projeto do governo, depois eu gostaria até de ouvir do Secretário, é um projeto do Governo de acabar com a EJA, de negar a educação a esses jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade apropriada. Então vemos em várias DREs, várias não, todas as DREs, projetos de colocar EJA modular, e sabemos que não funciona, e os alunos vão embora, os alunos não conseguem frequentar, eles trabalham, a dinâmica da EJA é diferente. Então, com esse orçamento todo temos condições de ter um projeto melhor estruturado para que consiga abarcar esses jovens e adultos.

Outra pauta é a do concurso. Estava acompanhando a reunião *on-line*, ouvi o Secretário fazendo uma exposição dos concursos vigentes hoje no município de São Paulo, concurso de PEI, de supervisão, de direção, eles estão vigentes por conta do decreto de emergência e calamidade. Secretário, temos um déficit gigantesco de professores, dos profissionais da educação, especificamente desses concursos que estão vigentes, concurso de PEI que está aí. Inclusive, o Governo acabou de encaminhar o PL 634, que espero que seja votado amanhã, criando mais 610 cargos de PEI e mais a emenda coletiva dos Vereadores para colocarmos a prorrogação dos contratos por conta da pandemia. Então, Secretário, aprovando esse projeto amanhã, virando lei, para que possamos ter a nomeação desses 610 profissionais da educação, professores de PEI, e ainda vai ser insuficiente, Secretário, porque o déficit é muito grande.

Outro ponto, daí são esforços que a gente pede ao Secretário Padula, sabemos

que a competência é do Prefeito, mas dada a importância da pasta, é o congelamento do quinquênio, da sexta parte, para os profissionais da educação. Os profissionais da saúde, os profissionais da segurança pública tiveram o descongelamento do tempo do quinquênio e da sexta parte. A Prefeitura vive uma situação econômico-financeira muito boa, é a melhor dos últimos 50 anos, então não tem necessidade de punir os servidores da educação que trabalharam e trabalharam muito, muito mais do que de forma presencial durante a pandemia.

Então faça esse apelo para que tenhamos esse debate de aprovar o projeto aqui na Câmara Municipal também de descongelamento do quinquênio, não só para os profissionais da educação, mas para todos os servidores públicos que trabalharam muito durante a pandemia.

Outro ponto, Secretário, aí é um esforço também do Secretário junto ao Prefeito, que a gente tem feito, as entidades já falaram, muitos servidores já falaram, é a questão da revogação do confisco, que vários, alguns estados já fizeram. O estado de São Paulo acabou de fazer a revogação desse confisco, da contribuição previdenciária de quem ganha acima de um salário-mínimo, o que é uma covardia imensa. E nós, Secretário Padula, temos os dados desse confisco no município de São Paulo, que é algo muito insignificante perto do Orçamento de quase 100 bilhões de reais que nós temos. Então, é importante que façamos isso.

Outro ponto é a educação inclusiva, acabei de voltar de visita em escolas, duas escolas, estamos com esse problema que permanece, que é a falta de AVE, de estagiários e o número crescente de crianças com deficiência que não estão sendo atendidas da forma adequada nas nossas escolas. Então, a Prefeitura está garantindo a matrícula, mas não está garantindo o aprendizado dessas crianças, e é muito importante que façamos isso.

Já terminando aqui, Secretário, acompanhamos muito as escolas e nós temos os recursos para reformas das escolas. Muitas escolas estão com os recursos, mas temos uma queixa muito importante que é a não participação da gestão do que vai ser feito na escola, a gestão da escola que conhece o território, que conhece as necessidades da escola. Não foram consultadas, muitas delas, a maioria delas, não foram consultadas das melhorias que

poderiam ser feitas com esse recurso estrondoso que está aí colocado para que Siurb faça essa manutenção.

Cobro do Secretário, em janeiro vai completar três anos que estamos com o CEU Perus, o elevador do CEU Perus que transportava as crianças com deficiência para o segundo e terceiro andares, o elevador quebrou há três anos e a Prefeitura transferiu as crianças com deficiência para outras escolas longe de suas residências e não consertou. Três anos, Secretário, não é aceitável que tenhamos essa situação. Estou falando do CEU Perus, é uma delas, mas há outras situações.

Então, faço um apelo ao Secretário para que resolva essa situação. Há professores lá que precisam ser transportados pelas crianças, é um professor com deficiência e para ir para o segundo ou terceiro andares precisa ser levado pelos alunos, carregado, ele fica no segundo ou no terceiro andar, e não pode descer mais, só desce no final do dia, ele leva a sua marmita, tem um banheiro, e só desce no final do dia, com ajuda dos alunos. Então, nós estamos na cidade de São Paulo, maior cidade da América Latina, não dá para conviver com uma situação dessas.

Por último, gostaria que o Secretário Padula pudesse dar um posicionamento aqui. Nós tivemos aqui inclusive nesse auditório, numa audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes sobre a privatização da gestão das escolas municipais, um projeto de lei que está tramitando na Câmara Municipal. Nós tivemos aqui uma fala muito ruim, péssima, da autora desse projeto, dizendo do fracasso da educação pública. Uma fala totalmente equivocada. A educação pública na cidade de São Paulo é um sucesso, graças ao empenho de todos os profissionais da educação. Foi uma fala desconcertada, equivocada, absurda, e esse projeto está tramitando. Nós derrotamos o projeto na Comissão de Educação, Secretário, mas daqui a pouco vai para o plenário e eu gostaria de ouvir do Secretário um posicionamento, se é a favor do projeto de terceirização da gestão das escolas municipais, sendo que vamos, além de todos os problemas, vamos perder recursos do Fundeb, do repasse do Fundeb aqui no município de São Paulo.

Então, se o Secretário pudesse ao fim nos dar a sua opinião, a sua visão, a visão da Secretaria Municipal de Educação, a visão oficial sobre esse projeto, eu agradeceria. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JAIR TATTO) – Obrigado, Vereador Celso Giannazi.

Gostaria de registrar a presença, agora de forma presencial, do nosso Presidente, já fez a sua saudação, Eliseu Gabriel, Presidente da Comissão.

Passo então à saudação do Vereador Isac Felix. Em seguida, vamos inverter, conforme combinado com os Secretários, falará primeiro o Cacá e, por último, então o Secretário de Educação.

O SR. ISAC FELIX – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos.

É muita satisfação poder estar aqui agora, eu estava virtual, mas cheguei aqui e não poderia deixar de descer aqui no oitavo andar para cumprimentar o Secretário Padula, o Secretário Cacá, Sidney Cruz, Eliseu Gabriel, Presidente da Comissão de Educação e nosso grande Presidente da Comissão de Finanças, Jair, por muito tempo sempre exercendo esse papel com muita dignidade, muito democrático com todos nessa Comissão de Finanças. Então, parablenizo o Jair pelo esforço que ele tem feito nessa Comissão, com os demais membros. Vereador Giannazi, grande batalhador na área de educação, mas seu irmão era mais, seu irmão foi meu professor.

Mas dizer para vocês que esse é um tema muito importante de estarmos fazendo, Presidente, essa audiência pública com as Secretarias, as duas, para que haja uma interlocução entre essas Secretarias. A educação é muito importante, mas o esporte também.

Sabemos que a educação é conhecida como a prima rica do município e o esporte é o pobre, mas tem muitas coisas que dá para fazermos pelas nossas crianças na área da educação e isso integrado com o esporte. Ouvindo aqui a fala do nosso colega Giannazi, seria muito importante que na audiência pública depois, Vereador Sidney também, quando nós trouxemos aqui, e podemos trazer mais algumas vezes, o nosso Secretário de Finanças. Eu vi que os números do nosso amigo Giannazi têm muitas coisas que podem ser discutidas

também com interlocução, a educação junto com a Secretaria de Finanças. Muitas vezes o Secretário de Educação não tem autonomia, ele tem até o empenho, o recurso, mas o Secretário de Finanças também e a Jô, que conhecemos lá daquele departamento, não liberar, então não tem muito como o Padula fazer as coisas. Presidente, seria muito importante depois, e há tempo para nós fazermos, uma sugestão para o nosso relator Sidney Cruz, que é fazer também, Sidney, talvez na Prefeitura, essa reunião, porque nós sabemos o quanto a educação em si, e quando nós falamos em educação em si, estamos falando de todo o quadro. Às vezes, as pessoas falam só em nível de ensino e das crianças, mas nós temos os profissionais, nós temos os prédios públicos que hoje muitos deles precisam de reforma. Uma coisa que o Giannazi colocou, os nossos CEUs, e eu dei já uma sugestão para o Padula, e parece-me que já tem um projeto feito para o Campo Limpo, que é aquela rampa. Às vezes tem alguns CEUs que o ginásio esportivo é lá em cima, no quarto andar, e o elevador quebrou. Ali, por exemplo, no Campo Limpo hoje nós temos mais de 40 pessoas deficientes que praticam esportes, que é malha e bota e é no quarto andar e eles são cadeirantes. Quebrou elevador, eles não praticam esporte.

Então, sugiro para o Padula e automaticamente, na mesma semana, ele mandou os engenheiros irem lá para estudar até a questão de uma rampa pelo lado de fora, aquela rampa onde você vai volta, e você tem acesso, o pessoal não fica sem utilizar, e também as crianças, quebrou o elevador e ninguém sobe, ninguém pratica o esporte, porque o ginásio de esportes é lá em cima.

Mas pensar na educação no contexto geral. É bom quando nós temos também um ambiente escolar onde o prédio que você está trabalhando dá um conforto para você, tanto para as crianças, mas também para os profissionais que lá trabalham. Então, eu estava aqui atento a sua fala, e acho que essa interlocução entre a Secretarias, e aí o nosso relator, com muita sabedoria, vai conversar com o Secretário de Finanças para que essas necessidades mais urgentes em todas as áreas possam ser atendidas mais rapidamente. O Secretário também entenda a necessidade do seu colega Secretário e não fique lá preso com

a chave do cofre no bolso e não liberar o recurso. É isso, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Isac Felix. Tem a palavra nosso querido Secretário Carlos Augusto Manoel Vianna, o Cacá. Eliseu, quer falar novamente? Ele disse que teria feito uma consideração no início, mas tem a palavra, Presidente.

O SR. ELISEU GABRIEL – Eu tinha falado no começo, mas só dizer que estou muito feliz de estar aqui com o Cacá, com o Padula e com os colegas Vereadores; muito importante. A Secretaria de Educação é de extrema importância para a cidade de São Paulo. Ela faz uma gestão de um grande sistema de educação público, e é importante que a gente valorize esse sistema público. Também tenho preocupação, Secretário, com essa tentativa de privatizar, terceirizar a gestão da escola pública em São Paulo. Essa é uma coisa gravíssima que foi colocada aqui nessa Câmara. Conseguimos rejeitar, não foi a votos, mas precisamos ter uma clareza de que isso é gravíssimo; é a destruição de um sistema público de grande sucesso.

É claro que a gente traz, aqui, uma série de problemas – do elevador, disso, daquilo -, tem problema aqui, problema ali, problema com os funcionários, lógico, e questão do SampaPrev. Tudo isso é problema, mas a gente tem que ver que a educação pública da Cidade, propiciada pela Prefeitura de São Paulo, é de extrema qualidade. É muito importante que a gente valorize a educação pública, os professores, os gestores, a dedicação que todos têm. A gente precisa valorizar. Então, esse é um aspecto importantíssimo. Aí, parabeno o trabalho dos Secretários, o esforço que eles fazem; e a gente está na Câmara trabalhando para que consiga ajudar no mais que pode.

Então, essa preocupação, Secretário, com a questão da ameaça de privatização da educação pública é muito grave.

Quanto ao Cacá – eu chamo de Cacá mesmo; pode chamar, né? -, eu acho que o esporte é um recurso importantíssimo para a educação. A educação integral precisa do esporte. Quero dizer que o esporte precisa ter mais recurso, precisa aumentar o Orçamento

da Secretaria de Esportes, sem dúvida, como já disse o Vereador Isac. Então, eu queria dizer que também temos essa preocupação de realmente valorizar a Secretaria de Esportes, que também faz um belo trabalho.

É isso o que eu queria dizer, Presidente Jair. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Presidente, Vereador Eliseu Gabriel. Cacá.

O SR. CARLOS AUGUSTO MANOEL VIANNA – Queria agradecer, inicialmente, a oportunidade de estar nesta Casa, importante Casa de Leis, a maior Casa de representação popular de todo o Poder; agradecer ao Presidente Eliseu Gabriel por suas palavras, ao Vereador Isac Felix, ao Presidente Jair Tatto, eu grande amigo também, ao Sidney, meu parceiro Giannazi. À Luna também, que vai debutar aqui a partir do ano que vem; que tenha uma boa atuação parlamentar em prol da cidade de São Paulo.

Quero dizer que a gente, do Esporte, vem reavaliando todas as ações, em parceria com o Prefeito Ricardo Nunes. Tenho certeza de que será, Sidney, conseqüentemente, depois de muitos anos, como eu falei, a maior gestão esportiva da cidade de São Paulo. Isso já demonstra quando nós lançamos, desde 2009, uma lei, Eliseu, que tinha sido aprovada na cidade de São Paulo, que é o Bolsa Atleta, e nunca ninguém tinha colocado em prática na cidade de São Paulo. Então, 1,8 milhão de transferência para nossos atletas na cidade de São Paulo, uma grande conquista; 181 crianças de 14 a 21 anos sendo contempladas, inclusive deficientes físicos, Jair. Então, isso é uma grande conquista, demonstrando a seriedade do nosso trabalho à frente da pasta.

Mais do que isso, desde 2014, como eu havia dito, a questão da Lei de Incentivo a Esporte, que prevê 10% do Orçamento da SEME disponibilizados que as entidades possam captar esse recurso através do ISS e do IPTU. Também, Giannazi, a gente colocou em prática, e desde 2014 isso não tinha sido colocado. A gente publicou

agora no *Diário Oficial* o chamamento para que as entidades apresentem seus trabalhos, e a gente possa executar isso a partir de 2023.

Mais do que isso, o Marco Túlio, do Fórum da Brasilândia, mencionou algumas questões, como quadra nos bairros. A gente sabe que a titularidade das quadras, no território, é da subprefeitura e compete aos centros esportivos e às unidades, que são territórios da SEME. A gente tem feito um grande trabalho, avançando. A gente vai apresentar uma proposta ao Prefeito, de revitalização dos 46 centros esportivos, porque alguns deles já carecem também de uma nova roupagem no sentido de novas modalidades esportivas, como esportes de areia, *skate*, *breaking*, dentre outras atividades que a gente também vem estudando.

A questão do contraturno, a gente vem avaliando internamente na Secretaria. Falei até para o Secretário Padula, que está aqui, sobre a possibilidade de se estudar uma parceria com a Secretaria de Estado de Educação para fazer um contraturno escolar a partir do Ensino Médio. A gente vai ver de que forma a gente consegue fazer isso, inclusive com a possibilidade também de uma transferência de renda para essas crianças estarem dentro desse contraturno escolar, fomentando ainda mais o interesse do jovem pelo esporte.

O Eric até posicionou aqui que eu não falei da questão da Melhor Idade. Estive presente quando se comemoraram os 30 anos do Grande Fórum Municipal do Idoso nesta Casa. Tenho falado a pessoas da SEME mesmo que a maior atenção que se teve nos últimos anos fio pela nossa gestão, Erik. Temos trabalhado para fazer o JOMI, já fizemos neste ano. A cidade de São Paulo ficou em sexto lugar. O Prefeito recebeu os nossos atletas do JOMI, da Melhor Idade. A gente tem trabalhado, sabe que o mundo tem passado por uma transformação etária, e a cidade de São Paulo, assim como o Brasil, está caminhando para uma população cada vez mais idosa. A gente tem trabalhado para dar qualidade de vida através do esporte para essas pessoas. A gente sabe que quanto mais independência essas pessoas tiverem, é melhor tanto para elas

como para a sociedade, inclusive para que a gente baixe realmente os investimentos em saúde pública, porque os investimentos em esportes consequentemente desoneram os serviços de saúde. Então, a gente tem feito isso na cidade de São Paulo com muita satisfação.

Tenho ido aos fóruns municipais, na verdade nas subprefeituras. Tenho dialogado com essa comunidade, tenho tido bastante aproximação e tenho falado com muita tranquilidade que a nossa pauta tem sido também a Terceira Idade. Então, Eric, fique tranquilo porque a gente está fazendo a lição de casa. A gente sabe a importância de potencializar políticas públicas de qualidade. Eu falo que o Brasil precisa entender que, independentemente dos partidos, as pessoas precisam fazer a consolidação de políticas públicas até para que a gente possa - no futuro inclusive -, decorrente de lei, mensurar os resultados. Como temos o PISA, na educação, e vários outros órgãos que fiscalizam o avanço na educação, o esporte também precisa ter isso. Tenho falado que a gente precisa ter uma formação esportista educacional, e não clubista. No Brasil, visando à questão de os clubes terem recursos e patrocínios, há essa cultura da formação esportista clubista. A gente tem dialogado muito com o Padula, que tem tido muita sensibilidade. A gente tem avançado significativamente até em uma parceria do parcial, quatro, cinco anos, para a gente poder avançar em um trabalho inovador, de ação esportiva para essas crianças. Então, a gente está finalizando o projeto para, se Deus quiser, colocar em prática no ano que vem, quando haverá contratação também dos profissionais de educação física.

A gente aprovou aqui, até na época da pandemia, a importância do esporte para a valorização da vida e também das pessoas. Na época da Covid, foi aprovado por esta Casa projeto do Vereador Rodrigo Goulart dando utilidade pública ao esportes, abrindo as academias e tudo o mais. Acho importante a gente potencializar, e o Prefeito tem feito isso. Grande exemplo disso é uma piscina na Vila Carioca, na entrada do Heliópolis, parada. Vamos revitalizar essa piscina. Tenho falado inclusive de algumas piscinas na cidade de São Paulo serem cobertas, porque a gente então teria a utilização

delas por 12 meses. Na época do inverno, elas não sendo utilizadas, consomem produtos químicos e recursos públicos. A gente tem avaliado isso.

A gente ampliou o Projeto Vem Dançar. Não sei se você está sabendo disso, mas a gente vai fazer 17 bailes agora, já iniciamos 1. Hoje eu tenho o primeiro baile na Casa de Portugal, no Centro da cidade de São Paulo, programa que tem atraído os idosos, avançando de forma significativa.

Respondendo ao Bruno, Presidente da Federação Paulista de Skate, meu amigo, parceiro também da cidade de São Paulo, a gente tem feito a remodelagem e descentralização da rede olímpica. Era um programa muito antigo na cidade de São Paulo, essa vontade, porque as crianças se deslocam, muitas das vezes, dos extremos da Cidade para o Centro Olímpico, que fica no Ibirapuera. Aí, vocacionando essa situação, a gente dialogou com o Prefeito e estamos fazendo esses dois polos parecidos com o Centro Olímpico – um no José Bonifácio, na zona Leste; outro na Vila Maria, o Thomaz Mazzoni.

Como você havia dito da especificação das pistas de *skate* ser feita realmente por quem conhece: não adianta você pegar uma empresa de engenharia que não tem esse conhecimento; realmente, acaba tendo problema. A gente fez lá até com a Pedro Quintas, que você conhece. Serão duas pistas para fomento de atletas de alto rendimento do *skate*. Temos a Fadinha, grande exemplo de uma adolescente que vem conquistando o mundo e nos dando muito orgulho. Então, a gente vai fazer essas pistas de *skate* com mais de 1 mil metros quadrados nesses dois espaços, que serão contemplados com a extensão do Centro Olímpico. Porque desde o Centro Olímpico nós temos um contrato com a Adeco, que é quem pode pagar transporte, taxas de campeonatos, hospedagem, tudo isso para dar um conforto.

Lembro que o Centro Olímpico nosso foi eleito, Jair, agora, pela Confederação Brasileira de Clubes em Foz do Iguaçu como o quinto maior formador de atletas do atletismo do Brasil. Então, é um prêmio inovador, sendo que os quatro

primeiros são entidades privadas, demonstrando que a gente tem feito um grande trabalho. O maior exemplo disso, Eric, é que no dia 26, agora - e você pode estar presente no Centro Olímpico -, faremos a maior peneira de todos os anos da cidade de São Paulo, com mais de 6 mil crianças e adolescentes inscritos para que a gente possa fazer cada vez mais fomentos esportivos na cidade de São Paulo. Então, está lá, é só ir ver, temos como demonstrar isso. Os avanços são significativos. Tenho falado, Sidney: vamos deixar uma marca na cidade de São Paulo de que, conseqüentemente, seremos a gestão que mais efetivou ações no esporte nos últimos 30 anos.

Com relação às obras, o mercado acaba se moldando a isso. Dentro da Secretaria, a gente acaba, lógico, buscando...

- Manifestação no recinto.

O SR. CARLOS AUGUSTO MANOEL VIANNA – Nem só isso, mas também buscar quantificar com as entidades do setor. Você tem APeMEC e POP, que são órgãos de engenharia, sindicatos aqui na cidade de São Paulo. A partir deles, você consegue se organizar para poder ter, então, essa modelagem específica para o segmento.

Foi falado também sobre a questão da acessibilidade do Thomaz Mazzoni. Todo mundo conhece a questão do território lá, é um território que tem algumas características por causa do terreno. Então, a gente vai fazer acessibilidade no Thomaz Mazzoni; a gente tem feito grandes intervenções. Nunca foram feitas tantas emendas parlamentares pela Secretaria de Esportes; nunca. No ano passado, fizemos 136, também em virtude da pandemia. Nesse ano, só para atividades do DGPAR, mais de 273 emendas parlamentares. Eu tenho até relatos de parlamentares desta Casa que diziam que há anos não colocavam emendas no esporte porque não saíam. Pegamos emendas de 2013, inclusive de vários Vereadores do PT, como do Vereador Senival, que foram colocadas. O Donato é prova disso. Pegamos emendas de 2013 paradas e colocamos em dia na Secretaria de Esportes, executando mais de 20 milhões em emendas federais. Inclusive, Giannazi, pode perguntar para a Raquel da Caixa Econômica Federal, que ela nos elogiou para o Prefeito Ricardo

Nunes considerando a gente uma das melhores Secretarias na efetivação de recursos vindos do Governo Federal. Todo mundo sabe o quanto é burocrático lidar com a Caixa Econômica Federal, e temos tido grande êxito em prol do esporte da cidade de São Paulo.

Tenho falado isso porque esse dinheiro não é nosso, é da população da cidade de São Paulo. Então, se esse dinheiro está lá, independentemente do parlamentar “a”, “b” ou “c”, quem tem que ser agraciado com isso é a população, que espera, na ponta, a efetivação desse recurso. A gente tem feito isso com grande maestria, cobrando da equipe. Eu falo que a gente tem duas grandes certezas na vida: de que um dia todos nós vamos morrer; e, que desse cargo público, iremos passar, mas qual resultado iremos deixar? É disso que a gente fala, por isso é que a gente briga tanto pelo esporte, porque a gente sabe também do resultado que ele traz não só na qualidade de vida, mas também no amadurecimento do cidadão.

Com relação à Taça Cidade de São Paulo, temos feito principalmente campeonatos para as crianças, porque não adianta você só treinar. É isso que você precisa entender quando você está no esporte: só treino não adianta, tem que fomentar campeonatos, que é isso que faz com que os jovens se perpetuem no esporte, criando o gosto pela atividade física.

Além disso, acessibilidade dos vestiários do Centro Olímpico, como eu havia falado, há anos o Centro Olímpico não recebia uma intervenção tão significativa. A gente conseguiu com o Prefeito Ricardo Nunes um valor significativo, iremos fazer as intervenções no Centro Olímpico, já licitamos, já demos a ordem de início.

Regulamento mais rigoroso dos Jogos da Cidade. A gente faz isso acontecer, mas a gente vem discutindo e vai avançando a cada campeonato.

Além disso, ações da juventude, que são prioritárias. A gente está estudando fazer um contraturno escolar com as escolas estaduais para os adolescentes do Fund II e também do Ensino Médico. Acho que é importante a gente criar esse contraturno para que as pessoas tenham dentro do esporte uma ação que as potencialize como

cidadãs e também em ações educativas.

Além disso, nossa proposta, com essa condição de contraturno esportivo, é também qualificar com ações de reforço em matemática, português e avaliar a possibilidade de colocar aula de inglês dentro dos centros esportivos. Essa é uma proposta que a gente está estudando dentro da Secretaria.

Taça das Favelas. A Prefeitura também ajuda com um valor significativo para pagar estrutura, foi feito no Manchester. Até pelos próprios organizadores da Taça fomos muito elogiados. A gente tem uma participação muito efetiva e consegue avaliar a importância do incentivo ao esporte.

Em relação ao que se falou, de não ser um mata mata-mata, mas é que o campeonato exige também. Como tem muitos times, a gente tem também a necessidade de fazer nessa modelagem, que, inclusive, é da própria Taça das Favelas, que organiza isso.

Em relação ao Mané Garrincha, citado pelo Giannazi, temos dialogado. Quero cumprimentar o Vereador Gilson Barreto, que acabou de chegar. Parabéns, que Deus lhe dê bastante saúde. Giannazi, a gente tem dialogado. Acho que você já até percebeu, já teve um acordo com a SATI, entidade que sempre esteve presente no Centro Olímpico. Por 35 anos, a entidade regulamentada que lá dialogou com a Secretaria de Esportes sempre foi a SATI. Aí, a gente em nenhum momento se furtou a dialogar - até o Eliseu sabe disso – com os usuários. O que está acontecendo? É que está tendo uma questão pontual das pessoas quererem tirar um fomento esportivo, e todo mundo sabe que o tênis é um esporte muito caro. Não é um esporte em que qualquer um consegue comprar uma raquete e manter campeonatos. Aí, Fabião, você que sabe disso, qual é a nossa vontade? Proliferar o esporte, uma vez que a gente tem no Centro Olímpico uma ação esportiva de alto rendimento. Qual é o nosso modelo ali? Fazer, na verdade, uma parceria onde, lógico, eles vão administrar o Centro Esportivo, mas também, em contrapartida, vão investir 12 milhões de reais em 5 anos, e não vamos

colocar dinheiro público e ainda vão agradecer as crianças da periferia para poderem praticar essa modalidade esportiva. Tanto que a gente tem falado para o Padula, nessa parceria, de abrir as escolas para que a gente possa ver quem tem aptidão para o esporte e, aí sim, trabalharmos essa criança com fomento esportivo e com incentivo de continuar disputando campeonatos – que são muito caros – através desse chamamento público que ocorreu.

Então, a gente vem, Giannazi, contemplando isso. Aí, peço que você tenha – como sempre teve – sensibilidade nas suas discussões para que a gente possa entender os benefícios que a cidade de São Paulo está tendo com esse chamamento para que a gente possa ter, então, o direito de as crianças materializarem a oportunidade de fazer um esporte que é elitizado no Brasil, infelizmente, e que a gente possa avançar de maneira a conquistar cada vez mais. Porque foi como o Igor falou e foi aplaudido pelas meninas da Educação: é muito fácil quando as pessoas são campeãs nas Olimpíadas e todo mundo fala: “Olha, que legal”, mas ninguém vê o trajeto disso.

Então para você formar, fazer a formação de um atleta demora anos e, inclusive, temos discutido a condição de fazermos com que essas pessoas não abandonem as escolas. Porque, às vezes, pela insegurança financeira, as pessoas precisam da continuidade do esporte e acabam não dando prosseguimento na formação educacional. Temos discutido muito isso, porque há grandes atletas que, depois, saem das Olimpíadas consagrados e não têm, depois, como se manter. Há vários atletas assim, que acabaram precisando se remodelar, às vezes, até fora de sua formação, para poder se manter financeiramente, porque não podiam se manter através do esporte.

O esporte é uma grande ferramenta de transformação social, tanto que quando as pessoas vão ao Centro Olímpico e lá está cheio de crianças eu sempre digo: "Isso aqui é uma fábrica de cidadãos". O esporte faz com que as pessoas se conheçam; reconheçam seus limites; criem resiliência; melhorem o desempenho em sala de aula; melhora os

relacionamentos familiares. Então é tudo isso que precisamos fazer e temos realizado de maneira objetiva na cidade de São Paulo.

Quero agradecer a todos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS AUGUSTO MANUEL VIANNA - Ô Pirata, você sabe que o *breaking*, não é de hoje, você já conversou comigo quando eu era, então, Chefe de Gabinete, precisamos entender, porque, assim, existem muitas pessoas que falam em nome da Confederação Brasileira de Breaking. Precisamos entender quem realmente são os verdadeiros e legítimos representantes do *breaking*.

Você sabe, e isso aqui você sabe mesmo, porque já falamos sobre isso, nós já cedemos o espaço dentro do Centro Olímpico para o Breaking. O Igor está aqui, se eu estiver falando algo equivocado, você pode até me corrigir e você sabe disso, porque você já participou, criamos uma sala lá dentro, só que precisamos materializar, até porque, para poder lincar, verdadeiramente, a Adeco, que é quem recebe os recursos do esporte para poder fomentar o esporte de alto rendimento, ele precisa se comunicar com alguma entidade que, realmente, seja a entidade que fale por toda a categoria de atletas. Então precisamos entender quem é realmente desse setor.

Outro dia, até na feira que teve, no final de semana, da Consciência Negra, fui procurado já por uma pessoa que é ligado ao COB - Comitê Olímpico Brasileiro, dizendo que é realmente a pessoa do *breaking* para podermos avançar, mas nós, em nenhum momento, e vocês sabem, nos furtamos a dialogar e prestigiar essa modalidade olímpica nova, que o Brasil vai fazer muito sucesso lá em Paris, representando todos nós que somos adeptos e, na verdade, incentivadores do *breaking* em São Paulo e, conseqüentemente no Brasil.

Mas é isso, e com relação às coisas de lazer, estamos trabalhando para poder avançar nisso. Temos dialogado com todos os entes da sociedade e acho que é importante ouvir todos, por isso estou muito feliz em estar nessa audiência pública, porque é ouvindo quem está na ponta que nós acertamos mais os resultados em prol da população.

Então, Jair, quero agradecer, dizer que estou à disposição. Todo mundo que sabe do nosso comprometimento na Secretaria, não tem hora, nem dia, para podermos atender quem realmente sempre pede agenda para discutirmos o melhor para a cidade de São Paulo. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário.

Quero anunciar a presença do Vereador Gilson Barreto. Quer fazer alguma saudação? (Pausa) Muito obrigado por ter me ajudado no meu tempo, nobre Decano, aniversariante do dia.

Tem uma mãe de aluno, da Rede de Mãe por Direito, D. Thalita Cogo Pires. Tem insistido. Então a senhora tem dois minutos.

A SRA. THALITA COGO PIRES – Obrigada.

Estou com duas saídas aqui de vídeo. Primeiro, muito obrigada. Eu insisti muito para conseguir essa participação, porque houve um erro na inscrição, não conseguimos nos inscrever, mas agradeço a todos aí que se esforçaram para nos ajudar, principalmente o Vereador Eliseu, obrigada por dar esse espaço para podermos falar.

Faço parte de um coletivo de famílias de rede pública, eu acho que é muito importante essas famílias poderem também acessar esses espaços de decisão, porque são visões diferentes que vêm ser complementares à visão dos Vereadores, e com a visão do pessoal dos sindicatos. Como eu disse, nossa participação é complementar, não estamos aqui para bater de frente com ninguém, mas para colocar nossa visão.

Rapidamente, vou colocar algumas das muitas questões que gostaríamos de falar. A primeira é muito prática, trata-se dos aplicativos relacionados ao uniforme e ao material escolar. Nos últimos dois anos têm sido um problema muito sério para o acesso das famílias mais vulneráveis a esses direitos. Eu gostaria que fosse revisto esse assunto, então, uniformes e material escolar, para que pudéssemos chegar a um acordo de como podemos atender as pessoas mais vulneráveis que não conseguem usar o aplicativo. Essa questão aparece sempre, tanto no nosso movimento, quanto no Crece, sou do Crece Butantã, e é algo

muito importante.

De uma maneira geral, o que gostaríamos de destacar é que a Educação, apesar de não faltar recurso para ela, na prática, ela vem sendo subfinanciada nessa Administração, as escolas têm recebido recursos que não têm como gastar, porque não tem planejamento. Falta um planejamento e financiamento de políticas públicas que possam, de fato, fazer a diferença na rede como um todo.

Então você despejar dinheiro nas escolas não vai melhorar a Educação e não adianta falar "Ah, estamos dando dinheiro". Não é assim que funciona, as escolas não podem, por exemplo, fazer reformas estruturais, não podem e não deveriam poder mesmo, porque diretor de escola não é engenheiro, mas quando a escola precisa de uma reforma estrutural não é atendida, demora muito tempo para conseguir que se realize.

Faltam também unidades escolares. Gostaria de trazer, aqui, o caso da Pedreira, na zona Sul, pois é um caos na hora da distribuição das vagas. Aquela região precisa de escolas de Ensino Fundamental.

Outra coisa: nós não queremos dinheiro da Educação Pública indo para entes privados, ou seja, nós somos terminantemente contra a privatização da Gestão Escolar, e isso inclui o 6 - Parceiros que, atualmente, representam 80% das vagas da Educação Infantil, do 6, e isso deveria ser mais ...

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu pediria para a senhora concluir, por favor, pois tive de abrir uma exceção no nosso tempo.

A SRA. THALITA COGO PIRES – *Okay*. O último ponto que eu gostaria de trazer é que falta um diagnóstico de como está a saúde mental da comunidade escolar no pós-pandemia. Temos recebido muitas questões de violência dentro da escola, entre os pais, entre os alunos, entre pais de alunos, algo muito complicado. Gostaríamos que existisse um diagnóstico, também um investimento e um programa em relação à saúde mental das pessoas de toda a comunidade escolar, não apenas dos professores que estão sofrendo muito, mas

também alunos e pais. Teríamos muitos outros assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – *Tá* bem, D. Thalita, abrimos uma exceção, mas os temas que a senhora colocou foram abordados aqui, acho até que absolutamente todos. Pode ficar tranquila que o Secretário pede licença. Pede licença não, na verdade, o senhor cumpriu toda a tarefa, já deu as respostas, ouviu a todos. Está liberado.

O SR. CARLOS AUGUSTO MANUEL VIANNA – Obrigado, Jair, é porque a Secretaria demanda nossa presença. É uma honra estar aqui, mas se alguém quiser mais alguma informação, fico à disposição.

Obrigado. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Secretário, mas hoje não dá mais. O que ficar pendente, mandamos pelo Relator.

Vamos ouvir agora o Secretário Fernando derradeiramente. Nós estamos tratando aqui o assunto mais importante do planeta, é isso mesmo? E o segundo mais importante, associado intrinsecamente que é a questão do meio ambiente. V.Exa. trata do assunto na cidade de São Paulo mais importante do planeta, é isso Eliseu? Tenha a palavra o nobre Secretário.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Obrigado, Presidente Jair Tatto.

Queria aproveitar e agradecer o Vereador Dr. Sidney Cruz, Relator do Orçamento; o Vereador Eliseu Gabriel, Presidente da Comissão de Educação, o Vereador Celso Giannazi; a Vereadora Luna e o Vereador Gilson Barreto. Também agradeço o Vereador Xexéu Tripoli que esteve aqui.

Vou começar falando um pouco sobre o esporte, essa parceria com a Secretaria de Esportes, com o Secretário Cacá, a educação e o esporte têm que, de fato, caminhar cada vez mais juntos.

Temos ainda na cidade de São Paulo os CEUs, que são uma potência de inclusão das nossas comunidades nos diversos territórios, além de ações específicas da Educação, como jogos de tabuleiro, como as Olimpíadas Escolas que têm de ser potencializadas em São

Paulo.

E quero fazer uma consideração aqui, até pela última consideração da mãe que falou há pouco, que é em relação aos aplicativos. De fato, tivemos um problema no ano passado. Existiam dois aplicativos, um para material, outro para uniforme. Depois passou a ser, este ano, apenas um. O crédito é passado para os pais, para as mães, para os responsáveis e eles escolhem onde fazer a aquisição.

Posteriormente, aqueles alunos em que os seus responsáveis encontraram dificuldade, foi enviado para a escola também a senha. Então tiveram duas modalidades de acesso a esse material e a esse uniforme. Então é dessa forma e, com isso, conseguimos atender aos que queriam e precisavam desse recurso. Portanto é dessa maneira que caminharemos no próximo ano. Quer dizer, tendo o aplicativo, um só aplicativo, com o recurso disponibilizado.

Aquelas famílias que tiveram problema com o aplicativo, vejam, nós agora estamos num período de matrícula e rematrícula, lembrando que a rematrícula é automática e a matrícula é para quem vem de fora da rede, mas a atualização de dados cadastrais, é muito importante para isso.

Fora o aplicativo, a escola consegue identificar quem está tendo problema e consegue, com isso, ter acesso à senha e, assim, ter o direito, tanto ao material quanto ao uniforme.

Alguns Vereadores, e demais cidadãos, falaram de alguns casos que eu queria esclarecer. Com relação ao CEU Perus, a reforma teve início, contratada pela SP Obras, que inclui a revisão do elevador.

Sobre o Cora Coralina, ele está em licitação e o que vai acontecer lá é a demolição do prédio e a construção de um novo equipamento naquele espaço. Eu estive lá com o Prefeito Ricardo Nunes, foi necessário fazer um novo projeto dessa escola. A escola foi alocada num outro prédio e vai ser demolido aquele equipamento. Será construído um novo equipamento. Essa licitação está em andamento.

Já com relação ao que falei no início, e foi apontado aqui, as novas reformas já incluem a acessibilidade. A cada bloco de novas reformas já vem, conjuntamente, a acessibilidade.

No caso da Escola Rosa Maria Dogo, que teve, inicialmente a questão, para quem não conhece, ou não está familiarizado, também estive lá, inicialmente foi contratada a reforma da caixa d'água. Quando estava em execução a reforma da caixa d'água, houve uma vandalização, o que impedia o uso daquele equipamento como escola. Então não adiantava entregar a caixa d'água com a escola vandalizada, porque daí se vandalizaria também a caixa d'água. Por isso tem de, no Poder Público, licitar. Então tem de ser feito um projeto e licitar para que a escola possa ser reformada e aí ocupada. Por isso queria tranquilizar vocês: não existe, do ponto de vista da Secretaria Municipal de Educação, a intenção de que não seja uma escola. Será sim uma escola e será ocupada como uma escola.

Algumas pessoas que falaram, esses foram os casos pontuais e que foram dados os nomes, aqui está o Ronaldo, a quem peço para levantar a mão (Pausa). Então foram falados alguns outros casos, mas sem citar o nome da escola.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – É que, agora, não consigo, mas quem puder passar para ele, nós verificamos pontualmente os outros casos. Esses foram os que eu anotei e pude trazer a resposta especificamente.

Ainda nessa questão de intervenções, vamos fazer em nove CEUs, que foi comentado pelo pessoal do Esporte, a pista de skate que esses CEUs não previam, isso. conversando com a comunidade do skate.

E eu queria dar uma informação em relação à manutenção. Historicamente, a cidade de São Paulo, estou Secretário desde 1º de janeiro de 2021, mas, historicamente, a Cidade, em diversas administrações, tinha Ata de Registro de Preços de Manutenção. Há alguns anos não se tem mais a Ata de Registro de Preços de Manutenção. Então, frequentemente, enquanto ando nas escolas, alguém diz: "A minha escola foi incluída na lista

da Ata". Não tem lista de Ata.

O que era positivo da Ata de Manutenção? É porque ela tem uma velocidade maior, mas a proposta de Ata que é gerenciada e tocada pela Secretaria, a Siurb e SP Obras, está parada no Tribunal de Contas do Município. Então temos de licitar obra a obra. Você não pode fazer pela Ata de Registro de Preços, dando Ordens de Serviço. Isso traz uma morosidade maior para o processo de obras na cidade.

Acho que essa é uma explicação importante, porque, historicamente, a Cidade tinha a Ata de Registro de Preços, depois, o Secretário, imediatamente anterior a nós, aderiu à Ata de Registro de Preços da FDE, que é a Fundação para o Desenvolvimento da Educação do Estado, e, nesse momento, desde que chegamos, não tem nem a Ata da FDE, nem de Siurb. Por isso, cada obra precisa ser feita uma a uma. Ainda assim, de quando em vez, equivocadamente se fala em lista de Ata, que foi incluído na Ata. Só repetindo, a Ata não existe, o que existe são novas licitações, que prescindem de novos projetos que têm de ser licitados e, depois de licitado o projeto, você licita a obra.

Falando um pouco de concurso. Primeiro, agradecer novamente essa Casa pela aprovação, em primeira votação, do PL 634 que o Prefeito Ricardo Nunes encaminhou, criando 610 cargos de PEI e aí...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Amanhã em segunda e, depois, caminhamos para a nomeação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Junto com a prorrogação dos contratos, não é Secretário?

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Nós já autorizamos a prorrogação. Mas, com relação aos 610 também cabe, aqui, um esclarecimento. Não chamaremos os 610 de imediato. O que fizemos? Um planejamento. Quem está na rede, conhece bem. Temos, por exemplo, a Readaptação. A Readaptação Provisória e a Readaptação Permanente. A Readaptação Provisória, o laudo pode ser alterado e pode vir, ou um laudo definitivo, ou voltar.

A Readaptação Definitiva, e aí temos uma série histórica, ele acaba segurando o cargo, porque ele é titular de um cargo efetivo que é readaptado permanentemente, mas o cargo, até que o profissional se aposente, não pode ser utilizado por outro profissional efetivo.

Justamente prevendo essas substituições e o que vai ocorrer ao longo do ano, é que nós criamos um conjunto de cargos, para não ficar criando em momentos diferentes e você chama hoje o quê? O que tem de cargo vago mais o que tiver de readaptação definitiva. E destina um estoque de cargos para possíveis novas readaptações.

Porque, vejam, aquele que se exonera ou aposenta, você consegue substituir, pois o cargo fica vago e é possível a substituição. Quem se readapta definitivamente não é possível a substituição porque o cargo fica com o profissional até a sua aposentadoria, aí é que o cargo fica vago. Mas isso vai ocorrendo ao longo do ano, e é preciso que se tenham esses cargos. Claro, imediatamente após chamarmos, nós vamos propor um novo concurso de PEI. Assim como nós propusemos, está em realização, o concurso de Professor de Ensino Fundamental I, o de Professor de Ensino Fundamental II e o de Ensino Médio.

Com relação ao ATE - Auxiliar Técnico de Educação, o concurso ainda está em vigor. Então, na medida em que vão acontecendo as exonerações ou aposentadorias, nós vamos nomeando. Como eu disse na apresentação inicial, foram 1.632 nomeações no ano passado e 778 neste ano. Na hora em que o concurso estiver para finalizar, a gente pede um novo concurso, assim como nós fizemos com PEIF, Fundamental II é Médio e vamos fazer também com PEI.

Com relação à UniCEU, ela continuará. Nós estamos com 19 mil estudantes e não se tem nenhuma pretensão em contrário, assim como a EJA e o Mova, Movimento de Alfabetização criado pelo Paulo Freire, que inclusive teve seus convênios reajustados neste ano.

Também se falou sobre a formação da educação infantil, e eu acabei falando mais do ensino fundamental, mas, sim, a Secretaria vai trabalhar com a formação da educação infantil, quer seja da CEI, quer seja da EMEI.

Com relação ao transporte, é possível usar o PTRF, o Programa de Transferência de Recursos Financeiros, para pagar esse transporte, porque acontecia de muitas vezes serem feitos PTRFs específicos, e isso acabava engessando a diretora da escola, porque ela precisava de dinheiro. Quando ela fazia lá uma reunião do Conselho, estava no seu PPP uma determinada proposta, e ela recebia o PTRF para outra finalidade. Com isso, após a escuta, nós estamos caminhando com o PTRF básico, ou seja, aquele em que a escola pode decidir. Poderá ser um projeto de fazer um cantinho da leitura, um projeto de fazer visita a uma unidade ou um projeto de trazer uma pessoa. Cada escola terá a sua autonomia com o PTRF básico para fazer o melhor uso que entender. Nós temos adotado, desde 2021, o PTRF básico, porque, assim, como a professora falou, a escola pode, sim, usar o dinheiro do PTRF para fazer essas visitas.

Em relação ao quinquênio, sexta parte e evolução, eu vou verificar, mas parece que, de fato, por conta da Lei Federal 173/2020, esse tipo de evolução estava congelada. Neste ano, o pessoal da Cogep – inclusive, por isso agradeço a Mariza Leiko – teve todo um trabalho de fazer a evolução de quem não tinha tido e conceder os quinquênios e sexta parte. Agora, se houver alguém que ainda não tenha recebido, há uma lista que está caminhando. Mas houve várias concessões.

- Manifestação no recinto.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Ah, bom.

- Manifestação no recinto.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Sim, claro. Mas esse tempo de vigência é a Lei Federal que cassou. Não cabe a uma lei municipal revogar isso. Agora eu entendi qual é o ponto. Então, só para explicar para todo mundo: a Lei 173/2020 congelou a evolução, assim como o tempo. Porém, hoje, ela volta a ser permitida àqueles que durante os anos de 2020 e 2021 não tiveram seu tempo contado. Agora, essa suspensão não foi decorrente de uma lei municipal. Por isso, nenhum Vereador...

- Manifestação no recinto.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Não, mas uma lei municipal não consegue suplantar uma lei federal. O que precisa se fazer é articular para alterar essa questão no Congresso Nacional.

O SR. CELSO GIANNAZI – Para os demais servidores, não é, Secretário?

- Manifestação longe do microfone.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Não, da Educação, inclusive.

Com relação ao horário de gestão, como foi falado, eu queria destacar que nós vamos, sim, regulamentar – aproveito para cumprimentar o Vereador Eliseu Gabriel, autor – a lei sancionada pelo Prefeito Bruno Covas. Claro, claro, após um período de pandemia, mas será sim, regulamentada, e a Secretaria está inclusive, como eu falei ontem no Foro da Supervisão, preparando uma formação e cursos para os Gestores da Educação.

Com relação ao Orçamento, eu acredito que tenha tido um equívoco temporal, porque no dia 29 de junho, o Tribunal de Contas aprovou por unanimidade as contas da Educação e a inscrição em “Restos a Pagar”. São duas questões: existia a PEC 13, que, por conta da pandemia, definiu que os Gestores, Secretários, Prefeitos, Secretários Estaduais e Governadores poderiam não aplicar o mínimo constitucional. No caso de São Paulo, se trabalhou para aplicar o mínimo constitucional. Houve um questionamento e, por fim, na sessão do dia 29 de junho, por unanimidade dos Conselheiros, a discussão foi se “Restos a Pagar Não Processados” poderiam ou não contar no mínimo condicional. A Relatora disse, com base em julgados do TCU e com base em normas, que só não seria possível constar se não tivesse o lastro financeiro desses “restos a pagar”, e a própria auditoria, como está no voto, mostrava que existia, sim, esse lastro. Então, não houve a PEC 13 e houve o cumprimento do mínimo condicional de 25 e 43 no ano de 2021.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Bem, se quiserem, depois eu mando para vocês, e nós podemos até fazer uma próxima reunião com a cópia do voto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Então, dia 29 de junho foi a votação, Vereador. Depois eu posso até lhe fazer uma visita e trazer...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Eu não tenho aqui o relatório, mas, se quiserem, depois eu trago.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Claro, claro. Com todo o dever que eu tenho de ofício.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – É isto: estamos à disposição para novos esclarecimentos.

Ainda sobre a PTRF, eu já ia me esquecendo de fazer a menção de que foi uma lei de autoria do Vereador Paulo Frange. Foi falado sobre o compromisso unânime – não me lembro se do Sinesp, do Sinpeem ou de ambos –, pois é um consenso, com recomposição e com a garantia do direito da aprendizagem e com a tarefa que nós temos agora neste momento, que eu comparo a uma de pós-guerra.

Diversos países no mundo conseguiram superar esse momento, e eu não tenho dúvida de que, pela potência da rede qualificada e dos seus profissionais, uma rede qualificada, nós também vamos conseguir. Inclusive, sobre a questão do antirracismo, eu acho que eu não me fiz compreender e eu gostaria de esclarecer que a rede não começou esse trabalho agora, ele já está previsto no currículo da Cidade. O que eu trouxe foram alguns aspectos que nós continuamos trabalhando, e o que é preciso para se mudar essa cultura é a formação continuada permanente e esforços, e por isso eu trouxe os orientadores pedagógicos que foram recentemente lançados. Mas, como eu mencionei, os trabalhos não vêm de agora, eles são anteriores, inclusive em cumprimento à legislação.

O desafio do acesso foi garantido e agora há o desafio da qualidade, o desafio da garantia do direito da aprendizagem e o desafio da permanência, que não é novo, mas que

volta a nos assombrar de uma maneira mais potente. Eu aproveito para dizer que eu acredito na educação pública gratuita e nos servidores públicos. Eu sou servidor público de carreira do Governo do Estado, afastado e agora na Prefeitura de São Paulo, e eu não tenho dúvida de que nós vamos conseguir, com os servidores públicos, superar esses desafios e garantir esse direito de aprendizagem dos nossos bebês, crianças, jovens e adultos da cidade de São Paulo. Não é uma tarefa fácil, mas a rede é dotada de potência, quer seja de documentos, quer seja de profissionais, e vai conseguir, sim, garantir; inclusive porque outras cidades com dificuldades e mais complexas do ponto de vista social e econômico, como é o caso de Teresina, têm conseguido com uma educação pública de qualidade. Portanto, eu não tenho dúvida de que nós vamos conseguir – justamente por conta dos profissionais, dos materiais, dos equipamentos que essa rede tem, como bem foi falado aqui por quase todos os Vereadores e pelos demais – garantir essa qualidade e superar esse momento de pós-pandemia.

Era isso que eu queria deixar registrado.

O SR. CELSO GIANNAZI – Sr. Secretário, por essa última fala sobre a valorização dos servidores, V.Exa., então, é contra o PL 573/2021, que versa sobre a terceirização da gestão das escolas municipais?

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Vereador, eu sou a favor da escola pública com servidores públicos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós precisamos encerrar.

Tem a palavra o Vereador Relator Sidney Cruz.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Sr. Presidente, novamente eu cumprimento V.Exa.; o Secretário Fernando Padula; o meu amigo Cacá, que já foi porque tinha outro compromisso; o colega Vereador Celso Giannazi; Presidente da Comissão de Educação, o Vereador Eliseu Gabriel; o Vereador Isac Felix, que também já passou por aqui; o Vereador Gilson Barreto e a futura Vereadora Luna.

Eu ouvi atentamente todas e todos os representantes dos sindicatos, todas as

manifestações e hoje, de fato, é um dia muito importante, pois não existe na democracia exercício mais pleno do que uma audiência pública com a participação efetiva da nossa população.

Secretário, eu sei que não deve ser fácil gerir a educação de uma cidade como São Paulo, com um contingente, só do corpo discente, de mais de um milhão de alunos – número bem maior até do que a população de alguns Estados no nosso país – e de mais de 80 mil funcionários. Os números extrapolam a razoabilidade e, como eu já falei antes em outras audiências públicas, eu sei que ajustes são necessários em todas as Secretarias e em todos os assuntos, porque isso faz parte do crescimento e é uma forma de nós melhorarmos a prestação continuada do serviço público.

Porém, fiquei muito feliz quando eu ouvi de V.Exa., por exemplo, que nós conseguimos acabar com a fila por vagas em creches. Falo isso, Sr. Presidente, porque sou advogado e, no ano de 2016, eu e o meu escritório nos colocamos à disposição da população e nós entramos com mais de mil mandados de segurança e conseguimos vagas em creches por meio de liminares para mães que estavam há quase três anos aguardando uma vaga. Só sabe do efeito nefasto da falta de uma vaga para uma criança quem de fato sente na pele, e nós estamos falando do início de tudo, da coordenação motora; vocês, como especialistas, sabem muito bem disso.

Eu fico feliz também, e por conta disso eu quero parabenizar V.Exa., Secretário, e o Prefeito Ricardo Nunes, por programas que foram implantados. Apesar de alguns precisarem de ajustes, sim, como é o caso da cobertura das quadras, reconhecidamente vêm dando muito certo, como é o caso do programa Cuidando da Escola. Então, há muitos acertos, apesar de alguns ajustes a serem realizados.

Quero falar um pouco da Secretaria de Esportes. Eu sou uma pessoa que eu defendo muita educação. Eu surgi por causa da educação e conto sempre a minha história, um menino vindo periferia, morador de uma favela, mas que, por meio da educação, conquistou um espaço na sociedade. Portanto, eu conheço muito bem a força deste tripé:

esporte, cultura e educação. O último orador a falar, o Eric Silva, que representa o quilombo, falou da importância dos programas continuados nos ambientes escolares e também no contraturno. Eu tenho certeza de que, assim, como eu, muitos Vereadores também utilizam o expediente das emendas, que são destinadas à área da cultura e principalmente à dos esportes. Há vários programas continuados no contraturno dentro das favelas da cidade de São Paulo que cuidam das crianças, dos adolescentes e também dos adultos e dos que estão na melhor idade, com o oferecimento de aula de zumba e ginástica. Aproveito a oportunidade para convidar o Eric, se ele estiver ouvindo a minha fala, para conhecer o programa Agir e Transformar, um projeto que vem dando muito certo, oferecido no extremo da zona Leste, em Parelheiros, na Pedreira, na Cidade Ademar, no Itaim Paulista.

A Secretaria de Esportes tem a força da transformação e da formação de cidadãos e cidadãos, e há essa conexão, esse diálogo, essa troca de passes entre o Secretário Cacá e o Secretário Fernando Padula; só faltou a Secretária Aline Torres aqui, e essa conexão seria o ideal, porque eu acredito muito nesse tripé da transformação, composto pela educação, pela cultura e pelo esporte.

Sr. Presidente, a minha tarefa é muito difícil. Para um Vereador de primeiro mandato, ser Relator do Orçamento não é fácil. São quase 96 bilhões de reais, mas as demandas são infinitas e é impossível contemplar todas. Porém, reforço o meu compromisso – juntamente com meus Pares, o Vereador Isac Felix, que é Presidente da Comissão de Finanças, e os Vereadores Atílio Francisco, Danilo do Posto de Saúde, Janaína Lima, Elaine do Quilombo Periférico e Gilberto Nascimento – de continuar ouvindo todos.

Esta é a sétima audiência pública temática e haverá mais três, quando fecharemos esse movimento de participação popular. Eu tenho certeza de que, juntos, nós construiremos um Orçamento para melhorar a qualidade do serviço público e o dia a dia da população da cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Dr. Sidney Cruz.

Agradeço aos Srs. Vereadores e aos demais participantes e, mais uma vez, agradeço ao Sr. Secretário a presença.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública.